



EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA/CREDENCIAMENTO Nº 001/2024
INEXIGIBILIDADE Nº 015/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2024
CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS

Torna-se público que o Município de PRADO, ESTADO DA BAHIA, Pessoa Jurídica de Direito Público, portador do CNPJ nº 13.761.713/0001-10, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRADO**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rodovia Prado x PRADO, Km 01, Lote 14, nesta Cidade de Prado, no Estado da Bahia, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.408.177/0001-94 neste ato, representado pela Secretária de Saúde e Gestora do FMS, Srª Neuziane Mascarenhas Novais, por intermédio da Comissão Especial de Credenciamento, Agente de Contratação e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 015/2024, que obedecerá às disposições do Artigo 74, Caput, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021 e suas alterações, Lei Complementar 123, de 14 de Dezembro de 2006 e suas alterações, Lei Complementar 147, de 07 de Agosto de 2014 e Lei Complementar 155, de 27 de Outubro de 2016, subsidiariamente e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos e na Minuta de Contrato, cujos termos, igualmente, o integram.

1.1- O presente Edital tem como objeto/serviço o **“CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS E CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICA E/OU FÍSICA, PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, PROCEDIMENTOS MÉDICOS DE ATENÇÃO ESPECIALIZADO E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E AMBULATORIAIS E HOSPITALARES, PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) MUNICIPAL, EM SEUS ESTABELECIMENTOS PRÓPRIOS OU INDICADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO”**, com as características descritas no Termo de Referência.

1.2- As despesas decorrentes da execução do presente credenciamento correrão por conta das dotações orçamentárias específicas prevista no orçamento do exercício de 2024, conforme classificação abaixo:

1.2.1. A despesa decorrente desta contratação correrá por conta de recursos próprios do orçamento do município, na seguinte dotação:

05 0501 10.122.0107.2035 3.39.0.36.00 – 1500.1002
05 0501 10.122.0107.2035 3.39.0.39.00 – 1500.1002
05 0501 10.302.0107.2171 3.39.0.36.00 – 1600.0000
05 0501 10.302.0107.2171 3.39.0.39.00 – 1600.0000
05 0501 10.302.0107.2106 3.39.0.36.00 – 1600.0000
05 0501 10.302.0107.2106 3.39.0.39.00 – 1600.0000
05 0501 10.302.0107.2106 3.39.0.36.00 – 1500.1002
05 0501 10.302.0107.2106 3.39.0.39.00 – 1500.1002
05 0501 10.302.0107.2164 3.39.0.36.00 – 1600.0000
05 0501 10.302.0107.2164 3.39.0.39.00 – 1600.0000
05 0501 10.302.0107.2164 3.39.0.36.00 – 1500.1002
05 0501 10.302.0107.2164 3.39.0.39.00 – 1500.1002



2 – DO PEDIDO DE INSCRIÇÃO

2.1- Para elaboração da sua proposta o licitante deverá considerar a especificação do item, inclusive quanto à unidade de medida, contida neste Termo de Referência do Edital do Credenciamento nº 001/2024.

2.2- Os interessados poderão pleitear o seu credenciamento conforme item 2.1, preenchendo no anexo II o seu interesse.

2.3- O CREDENCIADO será responsável pelos atendimentos conforme escala da Secretaria de Saúde do Município de PRADO - BA.

2.4 As inscrições ficarão abertas por um período de 12 (doze) meses contados a partir da data da primeira publicação, podendo ser contratados novos profissionais de saúde, na vigência deste, desde que obedecidas as exigências estabelecidas no mesmo, conforme necessidade, disponibilidade financeira e orçamentária da Administração Municipal.

2.5 Este Edital será divulgado através de extrato publicado no Diário Oficial do Município através do site oficial da Prefeitura site: www.prado.ba.gov.br

2.6 - Mensalmente será realizada a divulgação dos resultados referentes aos interessados aptos à contratação no Diário Oficial do Município (D.O.M), caso ocorra.

2.7 - Outros esclarecimentos ou consultas ao Edital poderão ser obtidos através do telefone (73) 3021-1140 e/ou e-mail credenciamento@prado.ba.gov.br.

2.8- O atendimento do contratado contemplará a execução das atividades e serviços necessários à prestação da assistência à saúde com qualidade aos beneficiários.

3. DO PRAZO, VALIDADE E PARTICIPAÇÃO.

3.1 Este edital obedecerá aos seguintes prazos e validades:

- a) prazo de inscrições: 12 (doze) meses contados a partir da data da primeira publicação deste edital.
- b) validade do credenciamento: 12 (doze) meses, prorrogável, a critério exclusivo de oportunidade e conveniência da Administração Municipal, por igual período, mediante a manutenção da documentação relacionada, pelo prazo máximo nunca superior a 60 (sessenta meses).

3.2 Poderão participar do procedimento de credenciamento todas as pessoas físicas e/ou jurídicas que militem no ramo pertinente ao objeto descrito.

3.3 É vedada a participação de pessoas físicas e/ou jurídicas que:

- a) não atendam às condições e exigências contidas no presente Edital;
- b) tenham sofrido restrições de qualquer natureza resultantes de contratos firmados com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;
- c) profissionais cuja carga horária seja incompatível com o serviço a ser executado;



- d) que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou por esta tenham sido declaradas inidôneas;

4 – DA ENTREGA DO ENVELOPE

4.1 O envelope contendo o Requerimento de Inscrição e a documentação necessária à análise do credenciamento do interessado deverá ser indevassável, hermeticamente fechado e entregue à Comissão Especial de Credenciamento, na forma prevista neste Edital, conforme endereço e horário abaixo especificados:

- a) local de entrega dos envelopes e realização do credenciamento: Setor de Contratos da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Prado - BA, sito à Rodovia Prado x Itamarajú, Km 01, Lote 14 - CEP: 45.980-000 - Prado - Bahia;
- b) horário para entrega dos envelopes: em dias úteis, das 08h00min às 14h00min;

4.2 O envelope poderá também ser encaminhado pelos correios para o mesmo endereço especificado no item 4.1.

4.3 O envelope deverá ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO/BA

À COMISSÃO ESPECIAL DE CREDENCIAMENTO

CREDENCIAMENTO Nº 001/2023

PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICAS: nome da empresa ou profissional interessado.

ENDEREÇO:

CIDADE:

4.4- A PREFEITURA não se responsabilizará pelo envelope entregue em datas, locais e horários distintos daqueles indicados e definidos neste Edital.

5 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

5.1- Poderão participar deste credenciamento as empresas interessadas:

- a)- Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação/credenciamento, conforme o disposto nos respectivos atos constitutivos;
- b)- Regularmente estabelecidas no País e que satisfaçam integralmente as condições deste edital e seus anexos;

5.2- Não será permitida a participação direta ou indiretamente na presente licitação/credenciamento das



empresas interessadas:

- a)- Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b)- Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c)- Que se enquadrem nas vedações previstas no Artigo 14, da Lei nº 14.133/2021;
- d)- Que estejam sob regime de concordata, recuperação judicial ou sob decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- e)- Que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja a forma de constituição;

5.2.1- São condições para credenciamento dos profissionais:

- a)- Estar inscrito perante o respectivo Conselho de classe;
- b)- Não possuir antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;

5.3- À medida que os interessados apresentem sua documentação, e por conseguinte sua proposta de adesão ao credenciamento, o Agente de Contratação e a sua equipe de apoio se reunirão, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da Protocolização do(s) envelope(s) pelos interessados, para análise dos documentos e das propostas, e após decidirá, fundamentadamente, lavrando-se a respectiva ata, pelo deferimento ou pelo indeferimento da proposta de credenciamento. Para cada CREDENCIADO será firmado o Termo de Credenciamento entre o CREDENCIADO e o ordenador de despesa, que será juntado nos autos deste procedimento, como instrumento de autorização e ratificação pela Autoridade Superior, conforme Artigo 72, VIII, da Lei 14.133/2021.

5.4- O Termo de Credenciamento terá vigência limitada à vigência do Edital de Credenciamento.

5.5- Caso sejam CREDENCIADOS mais de um interessado para o item, a quantidade de serviços será dividida/rateada entre todos os CREDENCIADOS em partes iguais.

5.6- Porquanto a inviabilidade de competição configura-se pelo fato de a Administração dispor-se a contratar todos os que tiverem interesse e que satisfaçam as condições por ela estabelecidas, nos casos de contratações paralelas e não excludentes, isto é, quando a solução da necessidade pública demanda a contratação concomitante ou sucessiva de todos os particulares que preencherem os requisitos previamente fixados, havendo número maior de CREDENCIADOS em relação à quantidade de serviços a serem solicitados, a seleção será feita pela ordem cronológica de credenciamento, entre todos os CREDENCIADOS.



5.7- Os serviços serão solicitados pela Secretaria Municipal requisitante, e a contratação dos CREDENCIADOS será realizada mediante “ordem cronológica de credenciamento”, em razão da inviabilidade de competição, a fim de que se proceda a contratação através da assinatura de contrato, nos termos do Artigo 95, da Lei 14.133/2021.

5.7.1- Caso não haja disponibilidade do CREDENCIADO para a prestação dos serviços devidamente solicitados, quando este CREDENCIADO for o primeiro posicionado da lista, será chamado o próximo colocado da referida lista, passando o CREDENCIADO anterior para a posição final da lista de CREDENCIADOS, desde que a solicitação ao referido CREDENCIADO tenha ocorrido em prazo superior a 05 (cinco) dias úteis da data em que serão realizados ou terão início os serviços.

5.7.2- Caso a solicitação ao CREDENCIADO ocupante do primeiro lugar da lista de CREDENCIADOS seja feita em prazo inferior ao estabelecido no item anterior e este CREDENCIADO não tenha disponibilidade para a prestação dos serviços solicitados, este dará a vez ao próximo da lista de CREDENCIADOS, conforme ordem de classificação, mas manterá sua colocação na lista de CREDENCIADOS e será o próximo a ser selecionado na referida lista, ou seja, trocará de lugar na lista de CREDENCIADOS com o segundo posicionado ou com os demais, sucessivamente.

5.8- A qualquer tempo o Termo de Credenciamento/Contrato poderá ser alterado, visando adequar o serviço às condições de execução previstas pelo Município.

6 – DA HABILITAÇÃO:

6.1- Para se habilitar ao credenciamento, a interessada deverá apresentar sua proposta em papel timbrado do proponente, datilografada/digitada, de forma legível, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal da entidade, devendo conter (Anexo II):

a)- CNPJ, a razão ou denominação social, endereço, telefones e “e-mail” utilizados;

b)- O prazo de validade da proposta, que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da entrega da documentação, podendo oferecer prazo superior.

Observação 1: O preço referido no objeto é considerado completo e abrange todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), fornecimento de mão de obra especializada, leis sociais e trabalhistas, administração, lucros.

Observação 2: No preço constante do objeto está incluso o pagamento do piso salarial da(s) categoria(s) bem como adicionais de insalubridade, periculosidade, adicional noturno assim como outros pagamentos decorrentes da legislação e dissídios da categoria, quando o tipo de atividade assim o exigir.

6.2- Declarar total concordância com as condições estabelecidas neste edital, inclusive com os valores e instruções constantes na Tabela presente no termo de referencia deste edital.



6.2.1- Conter relação do profissional, constando o número e registro do mesmo no conselho de classe regional respectivo e na especialidade (quando for o caso);

6.2.2- Indicar o nome do Banco, número da Agência e conta corrente para crédito dos pagamentos;

6.2.3- Ser datada e assinada pelo representante legal;

6.2.4- A proposta apresentada de forma incompleta, rasurada ou em desacordo com o estabelecido neste Edital será considerada inepto, podendo o interessado apresentar novo requerimento livre das causas que ensejaram sua inépcia.

7 – DA DOCUMENTAÇÃO:

7.1- Os documentos necessários ao credenciamento deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração pública municipal (Comissão de Licitação) mediante apresentação do original ou assinados digitalmente desde que possam ser averiguados no momento da análise pela comissão.

7.1.1- O envelope deverá conter os documentos a seguir relacionados: Modelo de Apresentação da Proposta de Adesão, conforme modelo anexo II.

7.1.2 - Do interessado em se credenciar para prestação de serviços na área de saúde da Prefeitura Municipal de Prado - BA será exigida, para fins de participação, a apresentação dos seguintes documentos:

PESSOA JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais (Contrato Social com todas as Alterações Contratuais ou Contrato social consolidado);
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na linha "b", deste subitem;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;
- f) Cédula de Identidade e CPF dos Sócios.

7.2. Documentos Relativos à Regularidade fiscal e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de Regularidade fiscal de todos os tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, em



um único documento (Certidões Negativas na forma prevista na Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014);

- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fornecida pela Caixa Econômica Federal, de acordo com a Lei nº 8036 de 11 de maio de 1990;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (Certidão de Tributos Estaduais) emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa proponente na forma da Lei;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal onde for sediada a empresa, mediante apresentação de certidões negativas de competência Municipal;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Positiva com efeito de Negativa, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440, de 07/07/2011. Para fins de habilitação, **será considerada a CNDT mais atualizada, conforme entendimento do Tribunal Superior do Trabalho-TST.**
- g) Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade emitida pelo Conselho Nacional de Justiça;
- h) Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos emitida pelo Tribunal de Contas da União;
- i) Comprovação de localização das instalações onde serão desempenhados os serviços, mediante a apresentação de Alvará de Funcionamento expedido pelo Município cuja sede esteja localizada, exceto para os casos em que os serviços forem prestados nas unidades de saúde do Município;
- j) Alvará expedido pela Vigilância Sanitária, em nome do estabelecimento mencionado.

7.3. Documentos Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

- a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão. Caso não houver prazo fixado, a validade mínima de 90 (noventa) dias.

7.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

- a) Declaração, Anexo III deste Edital, de que não possui em seu quadro de pessoal, atuando em trabalho noturno, perigoso ou insalubre menores de 18 anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da lei;
- b) Prova de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o poder público, ou suspensão de licitar ou contratar com o Município de Prado-BA (Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos) emitida pelo Tribunal de Contas da União;
- c) Prova de que a empresa não se acha no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis (Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade) emitida pelo Conselho Nacional de Justiça;
- d) Cópia do registro profissional do responsável técnico da empresa, junto CRM da respectiva unidade da federação a qual funciona;
- e) Declaração de Acumulação de Cargos (anexo V).

7.5 A documentação completa deverá ser protocolizada nos termos do item 4 deste edital.

PESSOA FÍSICA

7.6 HABILITAÇÃO JURÍDICA



- a) Cópia da Cédula de Identidade;
- b) Cópia do CPF;
- c) Comprovante de Regularidade com a justiça Eleitoral;
- d) Regularidade de débitos com a Fazenda Municipal sede da licitante;
- e) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, Dívida Ativa da União;
- f) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual ou Distrital;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Positiva com efeito de Negativa, em cumprimento ao disposto na Lei n.º 12.440, de 07/07/2011.

7.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Cópia da comprovação de inscrição e quitação no conselho competente;
- b) Declaração, Anexo III deste Edital, de que não possui em seu quadro de pessoal, atuando em trabalho noturno, perigoso ou insalubre menores de 18 anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da lei;
- c) Prova de que a pessoa física não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o poder público, ou suspensão de licitar ou contratar com o Município de Prado–BA (Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos) emitida pelo Tribunal de Contas da União;
- d) Prova de que a pessoa física não se acha no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis (Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade) emitida pelo Conselho Nacional de Justiça;
- e) Declaração de Acumulação de Cargos (anexo IV).

7.7.1- Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis; (conforme modelo anexo IV);

7.7.2- Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos Inciso IV, do Artigo 63, da Lei n. 14.133/2021; (conforme modelo anexo IV);

7.7.3- Declaração de que as propostas econômicas compreendem a Integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do §1º do Artigo 63, da Lei n. 14.333/2021; (conforme modelo anexo IV);

7.7.4- Declaração da própria empresa de que não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Municipal exercendo funções de gerência ou administração, conforme Artigo 1º, inciso X, da Lei Complementar Estadual nº 04/1990, ou servidor do Órgão/Entidade contratante em qualquer função, nos termos do Artigo 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021; (conforme modelo anexo IV);

7.7.5- Declaração de que não há sanções vigentes que legalmente proibam a participante de licitar e/ou



contratar com o Órgão/Entidade contratante; (conforme modelo anexo IV);

7.7.6- Declaração para fins do disposto no Inciso VI, Artigo 68, da Lei nº 14.133/2021, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do Inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal; (conforme modelo anexo IV)

7.7.7- Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV do Artigo 1º e no Inciso III, do Artigo 5º, da Constituição Federal, bem como no Artigo 14, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021. (conforme modelo anexo IV);

7.7.8- Declaração de que é ME, EPP ou MEI e não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, Artigo 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e está apto a usufruir do tratamento estabelecido no Artigo 43, da Lei Complementar Federal nº 123/2006; (conforme modelo anexo V);

7.7.9- Declaração de que no ano-calendário de realização deste credenciamento, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do Artigo 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021; (conforme modelo anexo V);

7.8- A verificação pelo Município nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.9- Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o interessado terá seu pedido de credenciamento julgado “DEFERIDO” pela Comissão Especial de Credenciamento, Agente de Contratação e equipe de apoio e submetido à autoridade competente para fins de homologação e da autorização, de que trata Inciso VIII, do Artigo 72, da Lei 14.133/2021; 6.10- Declaração da empresa de que esta não foi declarada inidônea para contratar com o poder público, nos termos do Inciso IV, do Artigo 156, da Lei Federal 14.133/2021, conforme modelo (ANEXO VIII).

7.10- A falta de quaisquer dos documentos aqui exigidos, ou sua apresentação em desconformidade com o presente edital implicará na inabilitação da proponente.

7.11- A proponente inabilitada poderá apresentar nova documentação, conforme item 7.

7.12- As certidões obtidas pela internet estarão sujeitas à verificação de sua validade e autenticidade pela Comissão.

7.13- Durante a vigência do credenciamento é obrigatório que os CREDENCIADOS mantenham regularizadas todas as condições de habilitação e que informem toda e qualquer alteração na documentação referente à sua habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal relacionadas às condições de credenciamento, conforme o caso.



7.14- A Comissão de Credenciamento reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

8.1 - ESCLARECIMENTOS:

8.1.1- Após a publicação do Edital de Credenciamento, fica concedido prazo para pedidos de esclarecimento ou impugnação ao Edital, os quais deverão ser solicitados, motivadamente, a qualquer tempo, até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data fixada para o fim do prazo para a apresentação de documentos de novos interessados.

8.2 - IMPUGNAÇÃO:

8.2.1- A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico do Município no prazo de até 3 (três) dias úteis a contar da solicitação de esclarecimento/impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data fixada para o fim do prazo para a apresentação de documentos de novos interessados.

8.2.2 Os pedidos de impugnação e esclarecimentos poderão ser ofertados por e-mail licitacao@prado.ba.gov.br ou protocolizados no local e horário indicados no item 4 deste edital.

8.3- RECURSO:

8.3.1- Da decisão da Comissão de Credenciamento caberá recurso. O recurso contra decisão da Comissão de Credenciamento não terá efeito suspensivo.

8.3.2- Os interessados poderão interpor recursos contra as decisões da comissão de credenciamento, que deverão ser encaminhados ao e-mail licitacao@prado.ba.gov.br ou escrito e protocolado na Sede da Prefeitura Municipal nos horários de funcionamento.

8.3.3- O prazo para interposição de eventuais recursos contra o resultado de julgamento da documentação é de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à lavratura da ata. Caso todos os representantes das empresas participantes estejam na sessão e declinem dos prazos recursais, expressamente em ata, a Comissão de Credenciamento remeterá o processo para avaliação jurídica final.

8.3.4- A Comissão de Credenciamento, após receber os recursos, fará o protocolo dos mesmos e providenciará a instrução dos processos pertinentes, após notificará os interessados sobre a interposição para que, querendo, apresentem contrarrazões no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

8.3.5- Transcorrido o prazo para apresentação de contrarrazões, a Comissão de Credenciamento decidirá a respeito, podendo:



**Negar admissibilidade ao recurso, justificando;
Motivadamente, reconsiderar a decisão;
Manter a decisão, encaminhando os autos devidamente motivados.**

8.3.6- O ordenador de despesas, após receber o recurso e a informação da Comissão de Credenciamento, se posicionará nos autos e poderá remeter o processo para análise jurídica.

8.3.7- Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, O ordenador de despesas remeterá o processo licitatório a Comissão de Credenciamento para determinar a contratação.

8.3.8- A decisão final sobre os recursos será divulgada na página da Prefeitura Municipal (<https://prado.ba.gov.br>) e aos recorrentes indicados, através de e-mail ou comunicação alternativa certificada no processo.

8.3.9- Não havendo recurso, a Comissão de credenciamento credenciará a(s) empresa (s) que apresentaram toda a documentação solicitada no ato convocatório.

8.3.10- O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento

8.4- Ocorrerá o descredenciamento quando:

- a)- Por algum motivo o CREDENCIADO deixar de atender as condições estabelecidas neste Edital;
- b)- O CREDENCIADO que não entregar as escalas e a documentação necessária para o credenciamento de novos profissionais dentro do prazo estabelecido pela Comissão de Credenciamento do município de PRADO;
- c)- Houver recusa injustificada do CREDENCIADO em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido;
- d)- O CREDENCIADO declarar informação falsa ou que não puder ser comprovada através de documentos;
- e)- A pedido da CREDENCIADA, observado o disposto no Item 8.3.

8.5- O descumprimento das obrigações assumidas ensejará na aplicação, garantido o contraditório e a ampla defesa à credenciada, das sanções de acordo com a Lei 14.133/2021.

8.6- O pedido de descredenciamento não desincumbe a CREDENCIADA da obrigação de cumprir os eventuais serviços já requisitados pela Prefeitura Municipal de PRADO/Secretaria Municipal de Saúde e das responsabilidades a eles vinculados, sendo cabível a aplicação das sanções administrativas previstas



neste Edital em caso de irregularidade na execução dos respectivos serviços (total ou parcial).

8.7- A empresa credenciada responderá exclusiva e integralmente pela utilização de pessoal para a execução do objeto do contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o município

8.8- Deverá ser entregue à Secretaria Municipal de Saúde, no momento da assinatura do contrato, lista prévia e atualizada dos profissionais disponibilizados pela empresa credenciada, com nome completo, número de telefone e e-mail.

8.9- Para fins de comprovação da realização do serviço, utilizar-se-á os registros de relatórios disponíveis no sistema ponto eletrônico biométrico utilizado pra registro de frequência dos profissionais ou outra forma de controle de frequência que venha a ser implementada pela Secretaria Municipal de Saúde, confirmando os atendimentos realizados pelo profissional executante.

8.10- A empresa CREDENCIADA deverá estar disponível à prestação do serviço contratado pela Secretaria Municipal de Saúde de PRADO a partir do momento da assinatura do contrato podendo ser descredenciada por 90 dias em caso de receber três notificações por descumprimento de quaisquer itens deste edital.

8.11- Deverão ser observadas as seguintes obrigações funcionais:

- a)- Assiduidade;
- b)- Pontualidade;
- c)- Registrar frequência diária, sob responsabilidade da Direção da Unidade em que o profissional disponibilizado pela empresa credenciada estiver vinculado, para fins de comprovação de horários de entrada e saída.

8.12- Não serão tolerados atrasos, tão pouco abandono dos serviços nos horários determinados e acordados, ficando a empresa credenciada sujeita às penalidades previstas no código de ética médica vigente assim como às penalidades administrativas previstas no edital e na minuta do contrato.

8.13- Nas situações em que o médico indicado pela empresa credenciada não comparecer a sua escala, a Direção notificará imediatamente a empresa (via e-mail ou telefone) para reposição imediata do profissional, assumindo todas as responsabilidades pelo ônus causado a Administração.

8.14- A solicitação de substituição dos médicos, por não atender os requisitos do presente Edital, se dará por meio da comunicação oficial da Secretaria Municipal de Saúde (e-mail) junto à empresa credenciada, com envio da documentação do profissional que fará a substituição do edital, em até 24 horas.

8.15- Os profissionais disponibilizados pelas empresas credenciadas deverão respeitar o cumprimento da carga horária estabelecida pela secretaria municipal de Saúde de Prado.



8.16- A empresa credenciada deverá manter-se, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações anteriores e com as condições de habilitação exigidas neste instrumento.

8.17- Será descredenciada imediatamente a empresa que não apresentar documentação complementar solicitada pela Secretaria Municipal de Saúde e Comissão de Credenciamento para fins de instrução do processo e contratação, dentro do prazo estipulado.

8.18- A empresa credenciada deverá responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar ao município de PRADO ou terceiros.

8.19- É dever da contratada apresentar laudo toxicológico do profissional, em caso de instauração de processo administrativo, para avaliação do profissional que seja parte neste processo.

9 - Ao Município compete, pela Secretaria Municipal requisitante (Gestora da Contratação):

9.1- Fiscalizar a execução, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

9.2- Comunicar à Contratada qualquer irregularidade encontrada no serviço ou objetos da contratação, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-los;

9.3- Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a prestação dos serviços;

9.4- Notificar, por escrito, a contratada da aplicação de qualquer sanção;

9.5- Efetuar o pagamento à credenciada, no prazo acordado, após a entrega da nota fiscal/fatura no setor competente.

9.6- Prestar informações necessárias, com clareza, para execução dos serviços avançados;

9.7- Credenciar perante a contratada, servidores autorizados a acompanhar, fiscalizar e conferir a qualidade e execução dos serviços adjudicados;

9.8- Notificar a contratada para ajustar, imediatamente, os procedimentos e/ou métodos de execução dos serviços que porventura venham a ser considerados impróprios e/ou prejudiciais, por técnicos do Município, a qualidade dos serviços prestados e a utilização dos materiais solicitados;

9.9- Acompanhar e fiscalizar permanentemente a execução dos serviços, visando o atendimento das normas, especificações e instruções estabelecidas, devendo intervir, quando necessário, a fim de assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento;



9.10- Exigir a troca de material, funcionário ou equipamento que não seja adequado às exigências do serviço;

9.11- Aplicar, quando for o caso, as penalidades, advertências e sanções previstas no edital e contrato, de acordo com as Leis que regem a matéria;

9.12- Solicitar, a qualquer tempo, dados e informações referentes aos serviços objeto do credenciamento.

10 – DA EXECUÇÃO:

10.1- Com ciência e concordância das empresas credenciadas e a critério da Secretária Municipal de Saúde, caso tenha mais de um inscrito para o mesmo serviço, poderá seguir a ordem cronológica de cadastramento, para direcionar os serviços quanto a distribuição não for equitativa.

10.2- Caso não seja possível acordo entre os presentes acerca da distribuição das demandas, se realizará sorteio para se alocar cada demanda, distribuída por padrões estritamente impessoais e aleatórios em conformidade com a lei 14.133/21.

10.3- Caso não se pretenda a convocação, ao mesmo tempo de todos os credenciados para a realização do serviço, a comissão realizará sorteio para determinar quais serão os interessados selecionados para tanto. Os interessados não selecionados comporão lista de espera, cuja ordem de classificação será igualmente sorteada.

10.4- A ausência do representante da empresa na data da sessão pública destinada à análise dos documentos e distribuição das demandas não impede a análise dos mesmos, mas sujeita a empresa ao aceite tácito da distribuição de demandas (escalas) resultante da sessão.

10.5- O Departamento de Saúde poderá apresentar uma proposta de escala prévia, que será submetida à apreciação das empresas qualificadas para cada lote. Havendo aprovação, a escala passará a efeito.

10.6- A escala final dos serviços poderá ser apresentada em sessão pública complementar designada especialmente para este fim e/ou publicado no diário oficial.

10.7- A observância ao quadro de sorteios garantirá uma distribuição equitativa dos serviços entre os credenciados.

10.8- Os novos credenciados, ao ingressarem no credenciamento, comporão lista de espera, e a participação em nova escala dependerá de surgimento de necessidade e convocação por parte do Departamento de Saúde.

10.9- A empresa pode se fazer representar por procurador especialmente constituído de procuração deve ter firma reconhecida em cartório.



10.10- Novos credenciamentos serão analisados no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da entrega da documentação.

10.11- Os interessados poderão ser credenciados em mais de um SERVIÇO dos lotes, obedecidas as regras de distribuição das demandas, quando for o caso;

10.12- A distribuição das demandas fica vinculada ao quantitativo estabelecido no Edital, será realizada em Sessão Pública, através da capacidade de prestação do serviço de cada credenciado, seguindo padrões estritamente impessoais, observado as condições técnicas dos credenciados e do serviço.

10.13- Os serviços serão solicitados pela Secretaria Municipal requisitante, e a contratação dos credenciados será realizada mediante “ordem cronológica de credenciamento”, em razão da inviabilidade de competição, a fim de que se proceda a contratação através da assinatura de contrato, nos termos do Artigo 95, da Lei 14.133/2021.

10.14- Ao término de cada sessão pública, após análise dos documentos, caso exista algum documento que não atenda ao solicitado neste Edital, será agendada sessão pública complementar após 05 dias, para que as empresas possam complementar a documentação.

11 - DISTRIBUIÇÃO DE CONSULTAS

11.1 - Havendo mais de um profissional credenciado para tal serviço, será realizado uma divisão no número de consultas proporcionalmente ao número de prestadores de serviço diante da demanda necessária. Podendo haver um maior número no agendamento de um dos profissionais na situação da falta de disponibilidade ou necessidade por parte do profissional do não agendamento de consultas

11.2 - Em até 10 dias a Secretaria de Saúde oficiará todos os credenciados com contrato assinado e publicado, sobre as datas e horários que deverão ser prestados por cada um dos contratados no mês subsequente, sendo que todos os credenciados deverão informar, no prazo máximo de 10 dias corridos, os nomes dos médicos que realizarão as consultas.

11.3- Após a assinatura do contrato o CREDENCIADO deverá executar os serviços conforme estipulado pela Secretaria de Saúde.

11.4- Concluído e ratificado o Credenciamento, os CREDENCIADOS serão convocados para celebrar o Contrato de Prestação de Serviços, nos termos do Artigo 95, da Lei 14.133/2021.

11.5- O CREDENCIADO convocado deverá comparecer para celebrar o Contrato de Prestação de Serviços no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da comunicação para tal, através de correio eletrônico, ou notificação pessoal.

11.6- A não assinatura do Contrato no prazo estabelecido poderá ser entendida como recusa injustificada e poderá ensejar a convocação dos próximos CREDENCIADOS, sem prejuízo da aplicação das



penalidades cabíveis, previstas neste instrumento e seus anexos e na legislação que disciplina a matéria.

11.7- A forma de execução é indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

11.8- A contratada deverá permitir a realização de fiscalização da execução dos serviços, por servidor designado pelo MUNICÍPIO, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

11.9- O Município de PRADO não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da contratada para outras entidades, sejam fabricantes ou quaisquer outros;

11.10- O início do prazo contratual será contado em dias consecutivos, a partir da data da assinatura do contrato, tendo vigência de acordo com cronograma de execução, acrescido de 90 (noventa) dias corridos para o recebimento definitivo dos serviços.

11.11- Excepcionalmente, poderá ser previsto prazo de vigência do contrato superior a 12 (doze) meses, nos casos de intervenções em diferentes unidades, execução realizada em períodos não concomitantes ou, ainda, para viabilizar a regularização dos procedimentos após os serviços.

11.12- O prazo para iniciar os serviços será de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento formal da Ordem de Serviço para cada demanda.

11.13- Caso seja verificada insuficiência no prazo estipulado, a Contratada pode formalizar pedido de prorrogação deste prazo, com justificativa plausível, para apreciação e decisão da Secretaria Requisitante.

11.14- LOCAL: A prestação dos serviços objeto do contrato, incluído tudo que for necessário para a operacionalização da prestação dos serviços especificados serão realizados no centro municipal de saúde, secretaria de saúde ou em outra Unidade de saúde indicada pela secretaria de saúde de PRADO;

11.15- SUBCONTRATAÇÃO: Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto deste credenciamento.

12 – DO PAGAMENTO

12.1- O pagamento será depositado em conta corrente, DOC ou TED, até o 20º (Vigésimo) dia do mês subsequente à prestação dos serviços e entrega dos documentos fiscais, após a conferência efetuada pela Secretária Municipal solicitante ou outro servidor expressamente designado para tal fim.

12.2- A nota fiscal correspondente deverá ser apresentada na Secretaria Municipal requisitante até o 5º dia útil de cada mês para aferição e autorização do pagamento, confirmando a efetiva prestação dos serviços.



12.2.1 - O credenciado deverá emitir Nota Fiscal ou instrumento apto a substituí-lo, no caso de pessoa jurídica, e NFA (Nota Fiscal Avulsa) no caso de pessoa física, constando número do CNPJ ou CPF, número do contrato e obrigatoriamente a identificação dos serviços prestados, o valor unitário e o valor total do pagamento pretendido, já incluído todos os impostos, taxas e encargos, além do nome e o número do banco, da agência e da conta corrente para crédito do pagamento, acostando ainda à mesma, relatório auxiliar detalhado, discriminando a prestação dos serviços, seus valores unitários, com a aprovação da Secretaria Municipal de Saúde.

12.3- O Município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes à multa ou indenizações devidas pela empresa contratada. Nenhum pagamento será realizado pelo Município sem que antes seja comprovado o recolhimento do ISSQN correspondentes ao mês da última competência vencida.

12.4- Qualquer erro ou omissão havido na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela contratada e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

12.5- O Município se reserva o direito de suspender o pagamento se o serviço for executado em desacordo com as especificações constantes deste instrumento.

12.6- O Município pagará às credenciadas o valor constante da minuta de proposta de adesão/projeto básico, pelos serviços efetivamente realizados, durante o primeiro ano de vigência deste credenciamento.

12.7- Na hipótese de prorrogação da vigência do presente credenciamento, o Município poderá atualizar o valor dos serviços de que trata o subitem anterior, após o intervalo de um ano, contado da data prevista para o início da apresentação das propostas de adesão, de que trata este edital, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por índice que venha a substituí-lo com anuência do Conselho Municipal de Saúde de Prado - BA.

12.8- Nas atualizações subsequentes à primeira, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros da última atualização.

12.9- No caso de atraso ou não divulgação do índice de atualização, o valor será atualizado conforme a última variação conhecida.

12.10- Caso o índice estabelecido para atualização venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.11- Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, o Município, pelo Gestor da Contratação, elegerá novo índice oficial, o qual deverá ser o mais conservador possível de forma a não onerar injustificadamente a administração.



12.12- O valor unitário a ser pago pelos serviços será o mesmo, para todos os CREDENCIADOS, independentemente da época em que tiver seu credenciamento ou contratação estabelecidos, razão pela qual os contratos oriundos do presente credenciamento não serão objeto de reajuste de preços.

12.13 - A emissão das notas fiscais, deverão obedecer as regras de retenção de Imposto de Renda;

13 – DA FISCALIZAÇÃO:

13.1- A gestão da contratação caberá à Secretaria Municipal de Saúde, e a fiscalização da correta execução do objeto do presente credenciamento será exercida a qualquer momento, no que couber, pelo Município, por servidor ocupante do Cargo de Secretário de Saúde.

13.2- As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne à execução do objeto do contrato.

13.3- À fiscalização de que trata este item competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do Contrato, nos termos do Artigo 117, da Lei nº 14.133/2021, para atuarem como fiscal técnico e gestor do contrato, assim como seus respectivos substitutos.

14 – DA VIGÊNCIA:

14.1- EDITAL DE CREDENCIAMENTO: A vigência iniciará com a publicação do Edital no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas) por 12 meses, podendo ser prorrogado até o limite previsto na lei 14133/21.

14.2- TERMO DE CREDENCIAMENTO: O Termo de Credenciamento terá a vigência limitada à do Edital de Credenciamento.

14.3- DEMANDA DAS SECRETARIAS REQUISITANTES: As solicitações poderão ser realizadas enquanto vigente o Termo de Credenciamento.

14.4- EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: Somente poderão iniciar após a assinatura do contrato ou emissão da Ordem de Serviços e seguirão os prazos determinados no instrumento contratual, para cada demanda, podendo ser finalizado após a vigência deste termo, nos termos do Artigo 111, da Lei 14.133/2021.

14.5- O não-cumprimento das disposições mencionadas neste Edital poderá acarretar o descredenciamento do CREDENCIADO, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis, especialmente o disposto nos Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

14.5.1- Os crimes contra a Administração Pública aos quais estão sujeitas as requerentes, processar-se-ão pela Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e pelo Código Penal, para fins de responsabilização das pessoas jurídicas, na esfera administrativa, civil e penal.



14.6- Constatada a possível prática de crime, assim definido na legislação, na execução do credenciamento ou contrato, o fato será comunicado à autoridade policial competente para apuração

15.1- Qualquer tolerância por parte do Município, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela contratada, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo o Município exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

15.2- A contratação, objeto deste procedimento, não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o Município e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas designadas pela Contratada para a execução do objeto contratual, sendo a Contratada a única responsável por todas as obrigações ou encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

15.3- A Contratada, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou quaisquer encarregados, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, de forma direta ou indireta, ao Município, seu patrimônio, seus servidores, pacientes ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto contratado, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se ao Município o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

15.4- Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela Contratada durante a execução do objeto contratual serão de exclusiva propriedade do Município, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização do Município, sob pena de responsabilização administrativa, civil ou criminal, nos termos da legislação.

15.5- A contratação será formalizada mediante assinatura do Contrato de Prestação de Serviços, nos termos do Artigo 95, da Lei n. 14.133/2021.

16.1- Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra. Após a apresentação da documentação não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

16.2- Fica assegurado ao Município o direito de, no interesse da Administração, tomar as providências a seguir discriminadas, sem que caiba aos interessados qualquer tipo de reclamação ou indenização:

16.2.1- Alterar as condições deste edital, nos termos da legislação vigente comunicando sobre as modificações ocorridas;

16.3- O recebimento dos envelopes ou documentos para o credenciamento não gerará para os CREDENCIADOS qualquer direito de contratação, objetivando somente o cadastramento para prestação de futuros serviços, sob demanda das secretarias.



16.3.1- O credenciamento, pode a qualquer momento ser revogado/encerrado, seja por interesse da Administração ou da Credenciada.

16.4- A Administração poderá solicitar o descredenciamento da empresa, caso seja constatado qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas no Edital e seus anexos, bem como na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

16.4.1- Neste caso verificada a irregularidade, a credenciada será automaticamente excluída do rol dos CREDENCIADOS. Sanada a irregularidade a empresa poderá solicitar novo credenciamento.

16.5- Será descredenciada a empresa que recusar a demanda por 2 (duas) vezes, seguidas ou não, quando convocada tempestivamente, nos termos deste edital, mesmo que apresente justificativa, podendo solicitar novo credenciamento somente 60 (sessenta) dias corridos após a recusa, evitando que as credenciadas escolham as demandas.

16.6- A credenciada que desejar solicitar o descredenciamento deverá fazê-lo mediante aviso prévio por escrito informando as suas razões, a qualquer tempo.

16.6.1- O pedido de descredenciamento não desobriga a credenciada nos eventuais contratos oriundos do credenciamento celebrados.

16.7- A empresa será descredenciada ainda nas seguintes hipóteses:

- a)- Negligência, imprudência ou imperícia comprovada dos profissionais das empresas credenciadas;
- b)- Descumprimento pela Credenciada de instruções e orientações recebidas da Gestão e Fiscalização da contratação, rejeição de processo que lhe seja distribuído ou negativa de prestação de qualquer serviço solicitado, sem apresentar razões suficientes para o Município;
- c) Apresentar qualquer documento falso ou com informações inverídicas, bem como a apresentação de forma fraudulenta de qualquer dos documentos técnicos exigidos, que implica na imediata desqualificação da credenciada e imediato descredenciamento, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

16.8- Caso a Credenciada tenha assinado o Contrato caberá o descredenciamento e a rescisão contratual, com consequências das sanções contratuais e das previstas em lei, se a Contratada:

16.8.1- Descumprir total ou parcial, quaisquer das obrigações e/ou responsabilidades previstas no Edital, e/ou no contrato, ou o conhecimento ulterior, pelo Contratante, de fato ou circunstância superveniente contrária ao regramento editalícios, contratual ou legal, ou ainda se for constatada falsidade de qualquer declaração prestada pela Contratada e/ou seus representantes e equipe técnica;

16.8.2- Agir com negligência, imprudência ou imperícia comprovada dos profissionais das empresas credenciadas;



16.8.3- Transferir ou subcontratar total ou parcial, ceder e caucionar o contrato em operações financeiras;

16.8.4- Cometer reiteradamente faltas ou falhas na execução dos serviços;

16.8.5- Decretar falência ou insolvência civil;

16.8.6- Realizar dissolução da sociedade;

16.8.7- Concretizar alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura contratual.

16.8.8 Descumprir as instruções e orientações do Contratante, rejeitar qualquer processo que lhe seja distribuído ou negar a prestação de qualquer serviço solicitado sem apresentar razões suficientes ao Contratante;

16.8.9- Divulgar informações do interesse exclusivo do Contratante, ou que consubstanciam violação de sigilo, obtidas em decorrência da contratação.

17.1- Os licitantes devem observar e o CONTRATADO deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto/serviço contratual.

17.2- Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- a)- “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de Contrato;
- b)- “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de Contrato;
- c)- “prática colusivas”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d)- “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do Contrato;
- e)- “prática obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste edital e nas cláusulas do Contrato; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

17.3- Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de Contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, direta-



mente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um Contrato financiado pelo organismo.

17.4- Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o Contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do Contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

18.1- As alterações de endereço, telefone ou e-mail, deverão ser comunicadas a Secretaria Municipal de Saúde.

18.2- Informações sobre este Credenciamento poderão ser tratadas no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de PRADO-BA, e na Secretaria Municipal de Saúde, ou através do email – licitacao@prado.ba.gov.br.

19.1- As dúvidas quanto à interpretação dos termos deste edital, bem como quaisquer outras informações, deverão ser solicitadas ao Conselho Especial de Credenciamento, Agente de Contratação, no endereço acima descrito.

19.2- Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente procedimento, no prazo legal, mediante requerimento por escrito, que deverá ser protocolado juntamente com as razões, no setor de protocolo desta Prefeitura Municipal, cujo endereço resta informado acima.

19.2.1- Quaisquer outras manifestações formais subsequentes ao prazo do item anterior serão recebidas apenas como pedidos de esclarecimento;

19.2.2- A impugnação deverá ser instruída com documentos necessários para a perfeita identificação do impugnante, bem como a verificação da capacidade de representação do signatário;

19.2.3- Decairá o direito de impugnar o edital aquele que não o fizer no prazo legal;

19.2.4- A resposta à impugnação ao edital estará disponível aos consulentes e interessados, via e-mail e passarão a integrar o edital.

19.3- Obedecidas às condições previstas no contrato, o CREDENCIADO poderá, a qualquer tempo, pedir desligamento.

19.4- A Secretaria Municipal de Saúde poderá, obedecidas as condições previstas no contrato e no seu interesse, descredenciar as instituições ou profissionais que não apresentarem demanda de atendimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
ESTADO DA BAHIA



19.5- O Conselho Especial de Credenciamento, juntamente com a Secretaria Municipal de Saúde, na forma do disposto no § 2º do Artigo 59, da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações, reserva-se no direito de promover qualquer diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo relativo a esta licitação.

19.6- Caso algum órgão expedidor de documento exigido nesta licitação se encontre em greve, se a licitante não possuir documento com prazo de validade vigente, deverá apresentar o documento vencido, juntamente com a comprovação de que o órgão expedidor se encontra em greve através de cópia de matéria e/ou reportagem em jornais ou revistas e/ou declaração do próprio órgão expedidor.

19.7- A participação no presente processo de credenciamento implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste edital e nos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor.

19.8- Nenhuma indenização será devida aos credenciados pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos ao presente credenciamento.

19.9- Fica eleito o Foro da Comarca de Prado - BA, para dirimir as questões decorrentes do presente Edital, inclusive quanto à execução do contrato que vier a ser celebrado.

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelo de Apresentação da Proposta de Adesão

Anexo III – Minuta do Contrato Administrativo

Anexo IV – Modelo de Declarações Unificadas

Anexo V – Modelo de Declarações de ME/EPP

Anexo VI – Minuta do Termo de Credenciamento

Anexo VII – Relação dos Profissionais que se responsabilizarão pelos serviços

Anexo VIII – Declaração de idoneidade.

PRADO, 26 de fevereiro de 2024

Gilvan da Silva Santos
Prefeito Municipal

Neuziane Mascarenhas Novais
Secretaria de Saúde



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS E TABELA DE PREÇOS
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 001/2024

OBJETO:

Credenciamento de pessoas jurídicas para realização de exames laboratoriais e credenciamento de pessoas jurídica e física, para realização de consultas médicas especializadas, procedimentos médicos de atenção especializado e procedimentos cirúrgicos e ambulatoriais e hospitalares, para atendimento aos usuários do sistema único de saúde (sus) municipal, em seus estabelecimentos próprios ou indicados pela secretaria municipal de saúde, sem vínculo empregatício.

TETO FINANCEIRO:

O custo estimado total da presente contratação é de R\$ 700.000,00 mensal, respeitando a LOA e LDO, observando que este é apenas um parâmetro aproximado, e podendo variar de acordo com incrementos, ou arrecadação de recursos financeiros, não sendo obrigatório a aquisição do valor total por esta municipalidade, visto que os recursos são provenientes da variante orçamentária e financeira. O custo estimado foi apurado a partir da tabela Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (SIGTAP) disponível em <<<http://sigtap.datasus.gov.br>>> e através da série histórica de contratações. Ressalta-se a projeção de ampliação do serviço para o período de 2024 com a conclusão da obra de expansão do Hospital Municipal .

JUSTIFICATIVA:

De acordo com as necessidades do município se faz necessário o processo de credenciamento de profissionais capacitados para atender as demandas da secretaria de saúde. E como a constituição de 1988 define:

***Art.196.** “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação”.*

Como nosso município não possui corpo de profissionais o suficiente que possam atender tais demandas e que não haja nenhum dano tanto para a população como para o poder público, é necessário que se faça tal processo para que os trabalhos que são desempenhados tanto pelas unidades de saúde em cada comunidade, como também no Hospital Municipal e na UPA, não sofram danos com falta de médicos e que acarretem um acúmulo de pacientes para serem atendidos, e não haja demora nos exames solicitados, assim dando assistência digna e agradável a população, gerando recursos para crescimento e modernização dos serviços no município.

CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO:

a) Integrar-se ao Complexo Regulador de Prado, através do Sistema Nacional de Regulação – SISREG;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
ESTADO DA BAHIA



b) O(s) Prestador(es) habilitado(s) deverão cadastrar no SISREG, em seu ambiente Executante, o preparo para todos os procedimentos contratados, devendo manter atualizado este cadastro, permitindo que as informações relativas ao preparo saiam impressas junto com o agendamento do SISREG;

c) A produção dos serviços prestados deverá ser registrada e apresentada mensalmente, até o 3º dia útil, do mês subsequente, através dos seguintes instrumentos de registro:

1. Boletim de Produção Ambulatorial – Individualizado – BPA - I;
2. Autorização de Procedimento de Alto Custo;
3. Formulário de Agendamento do SISREG;
4. Sistema de Informação Ambulatorial - SIA/SUS do Ministério da Saúde.

d) Após 5 (cinco) dias da entrega do relatório de produção, a Secretaria Municipal de Saúde disponibilizará o relatório de crítica contendo os valores aprovados para pagamento.

e) A partir da divulgação do relatório de crítica da Secretaria Municipal de Saúde, o prestador deverá apresentar as Notas Fiscais na Secretaria Municipal de Saúde para o respectivo “aceite” e encaminhamento ao Departamento Administrativo Financeiro para posterior pagamento.

LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

O local para realização dos serviços serão determinados pela Secretaria Municipal de Saude.

TABELA DE VALORES:

SERVIÇOS E PROCEDIMENTOS DIVERSOS - PRADO 2024

ULTRASSONOGRAFIA		VALOR UNIT
1	ULTRA-SONOGRAFIA DOPPLER COLORIDO DE VASOS (ATE 3 VASOS)	R\$ 144,90
2	ULTRA-SONOGRAFIA OBSTETRICA C/ DOPPLER	R\$ 144,90
3	ULTRA-SONOGRAFIA DE PROSTATA (VIA TRANSRETAL)	R\$ 99,00
4	ULTRA-SONOGRAFIA DE TIREOIDE C/ DOPPLER	R\$ 99,00
5	ULTRA-SONOGRAFIA DE ABDOMEN TOTAL	R\$ 80,00
6	ULTRA-SONOGRAFIA DE ABDOMEN SUPERIOR	R\$ 80,00
7	ULTRA-SONOGRAFIA DE APARELHO URINARIO	R\$ 80,00
8	ULTRA-SONOGRAFIA DE ARTICULACAO	R\$ 80,00
9	ULTRA-SONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL C/ DOPPLER	R\$ 80,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
ESTADO DA BAHIA



10	ULTRA-SONOGRAFIA MAMARIA BILATERAL	R\$ 80,00
11	ULTRA-SONOGRAFIA DE PROSTATA (VIA ABDOMINAL)	R\$ 80,00
12	ULTRA-SONOGRAFIA OBSTETRICA	R\$ 80,00
13	ULTRA-SONOGRAFIA PELVICA (GINECOLOGICA)	R\$ 80,00
14	ULTRA-SONOGRAFIA TRANSVAGINAL	R\$ 80,00
15	ULTRA-SONOGRAFIA TRANSVAGINAL C/DOPPLER	R\$ 80,00
16	ULTRA-SONOGRAFIA TRANSFONTANELA	R\$ 80,00
17	ULTRA-SONOGRAFIA CARÓTIDAS	R\$ 180,00
18	ULTRA-SONOGRAFIAS DIVERSAS NO AMBULATÓRIO MUNICIPAL	R\$ 80,00

RADIOLOGIA		VALOR UNIT
19	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TEMPORO-MANDIBULAR BILATERAL	R\$ 37,00
20	RADIOGRAFIA DE CAVUM (LATERAL + HIRTZ)	R\$ 37,00
21	RADIOGRAFIA DE CRANIO (PA + LATERAL)	R\$ 37,00
22	RADIOGRAFIA DE OSSOS DA FACE (MN + LATERAL + HIRTZ)	R\$ 37,00
23	RADIOGRAFIA DE SEIOS DA FACE	R\$ 37,00
24	RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP + LATERAL + TO + OBLIQUAS)	R\$ 50,00
25	RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP + LATERAL)	R\$ 40,00
26	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA	R\$ 55,00
27	RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO-SACRA (C/ OBLIQUAS)	R\$ 60,00
28	RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACICA (AP + LATERAL)	R\$ 55,00
29	RADIOGRAFIA DE COLUNA TORÁCICA - LOMBAR	R\$ 75,00
30	RADIOGRAFIA DE REGIAO SACRO-COCCIGEA	R\$ 40,00
31	RADIOGRAFIA DE COSTELAS (POR HEMITORAX)	R\$ 40,00
32	RADIOGRAFIA DE ESTERNO	R\$ 40,00
33	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA + LATERAL + OBLIQUA)	R\$ 45,00
34	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA E PERFIL)	R\$ 45,00
35	RADIOGRAFIA DE TORAX (PA)	R\$ 35,00
36	RADIOGRAFIA DE ANTEBRACO	R\$ 35,00
37	RADIOGRAFIA DE BRACO	R\$ 35,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
ESTADO DA BAHIA



38	RADIOGRAFIA DE CLAVICULA	R\$ 35,00
39	RADIOGRAFIA DE COTOVELO	R\$ 35,00
40	RADIOGRAFIA DE MAO	R\$ 35,00
41	RADIOGRAFIA DE MAO E PUNHO (P/ DETERMINACAO DE IDADE OSSEA)	R\$ 35,00
42	RADIOGRAFIA DE OMOPLATA / OMBRO (TRES POSICOES)	R\$ 44,00
43	RADIOGRAFIA DE PUNHO (AP + LATERAL + OBLIQUA)	R\$ 44,00
44	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO COXO-FEMORAL	R\$ 44,00
45	RADIOGRAFIA DE ARTICULACAO TIBIO-TARSICA	R\$ 35,00
46	RADIOGRAFIA DE BACIA	R\$ 44,00
47	RADIOGRAFIA DE CALCANEIO	R\$ 35,00

48	RADIOGRAFIA DE COXA	R\$ 44,00
49	RADIOGRAFIA DE JOELHO (AP + LATERAL)	R\$ 44,00
50	RADIOGRAFIA DE JOELHO OU PATELA (AP + LATERAL + AXIAL)	R\$ 50,00
51	RADIOGRAFIA DE PE / DEDOS DO PE	R\$ 35,00
52	RADIOGRAFIA DE PERNA	R\$ 35,00
53	ESCANOMETRIA	R\$ 48,00
54	MAMOGRAFIA BILATERAL PARA RASTREAMENTO	R\$ 90,00
55	RADIOGRAFIA DE ABDOMEN SIMPLES (AP)	R\$ 40,00
56	RADIOGRAFIA DE ESTOMAGO E DUODENO (SEED)	R\$ 170,00
57	RADIOGRAFIA DE INTESTINO DELGADO (TRANSITO)	R\$ 225,00
58	COLANGIOGRAFIA POS-OPERATORIA	R\$ 225,00
59	CLISTER OPACO C/ DUPLO CONTRASTE	R\$ 345,00
60	DESINTOMETRIA OSSEA	R\$ 180,00
61	ESOFALOGRAMA	R\$ 200,00
62	TRANSITO INTESTINAL	R\$ 250,00
63	URETROCISTOGRAFIA	R\$ 270,00
64	UROGRAFIA VENOSA	R\$ 250,00

TOMOGRAFIA	VALOR UNIT
-------------------	-------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
ESTADO DA BAHIA



65	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CALCANEIO	R\$ 300,00
66	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA CERVICAL C/ OU S/ CONTRASTE	R\$ 300,00
67	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE COLUNA LOMBO-SACRA C/ OU S/ CONTRASTE	R\$ 300,00
68	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA COXOFEMORAL	R\$ 300,00
69	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE FACE / SEIOS DA FACE / ARTICULACOES TEMPORO-MANDIBULARES	R\$ 300,00
70	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRANIO c/ contraste	R\$ 400,00
71	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRANIO	R\$ 350,00
72	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ARTICULACOES DE MEMBRO SUPERIOR	R\$ 300,00
73	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA ESTERNOCLAVICULAR	R\$ 300,00
74	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TORAX c/ contraste	R\$ 490,00
75	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TORAX	R\$ 450,00
76	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE TORNOZELO	R\$ 300,00
77	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ABDOMEN SUPERIOR	R\$ 500,00
78	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ABDOMEN TOTAL	R\$ 550,00
79	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA ANTEBRAÇO	R\$ 300,00
80	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE PELVE / BACIA	R\$ 400,00
81	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE PESCOÇO	R\$ 450,00
82	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE PUNHO	R\$ 300,00
83	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE MANDIBULA	R\$ 245,00
84	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE OMBRO	R\$ 300,00
85	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE OUVIDOS/MASTOIDES	R\$ 300,00
86	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE VIAS URINARIAS	R\$ 500,00
87	TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE ARTICULACOES DE MEMBRO INFERIOR	R\$ 300,00

RESSONÂNCIA MAGNÉTICA		VALOR UNIT
88	RM COLUNA CERVICAL	R\$ 450,00
89	RM COLUNA DORSAL	R\$ 450,00
90	RM COLUNA LOMBAR	R\$ 450,00
91	RM SACRO ILIACAS	R\$ 450,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
ESTADO DA BAHIA



92	RM BACIA	R\$ 450,00
93	RM PUNHO	R\$ 450,00
94	RM OMBRO	R\$ 450,00
95	RM JOELHO	R\$ 450,00
96	RM TORNOZELO	R\$ 450,00
97	RM CALCÂNEO	R\$ 450,00
98	RM HIPÓFISE/SELA TÚRNICA	R\$ 450,00
99	RM PELVE	R\$ 450,00
100	RM COXO FEMORAL/QUADRIL	R\$ 450,00
101	RM EXTERNO	R\$ 450,00
102	RM ABDOMEN SUPERIOR	R\$ 450,00
103	RM ABDOMEN TOTAL/PELVE (DOIS EXAMES)	R\$ 450,00
104	RM ATM	R\$ 450,00
105	RM MÃO	R\$ 450,00
106	RM DEDOS/MÃO	R\$ 450,00
107	RM ANTE BRAÇO	R\$ 450,00
108	RM COTOVELO	R\$ 450,00
109	RM BRAÇO	R\$ 450,00
110	RM TÓRAX	R\$ 450,00
111	RM PERNA	R\$ 450,00
112	RM COXA	R\$ 450,00
113	RM RETRO PÉ	R\$ 450,00
114	RM MÉDIO PÉ	R\$ 450,00
115	RM ANTE PÉ	R\$ 450,00
116	RM PLEXO BRANQUIAL	R\$ 450,00
117	RM ORBITAS	R\$ 450,00
118	RM FACE	R\$ 450,00
119	RM ANGIO ARTERIAL DE CRÂNIO	R\$ 450,00
120	RM ANGIO VENOSA DE CRÂNIO	R\$ 450,00
121	RM CRÂNIO	R\$ 450,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
ESTADO DA BAHIA



122	ANGIO RM PESCOÇO/CARÓTIDAS	R\$ 450,00
123	RM PESCOÇO	R\$ 450,00
124	ANGIO RM AORTA ABDOMINAL	R\$ 450,00
125	ANGIO RM AORTA TOTAL	R\$ 450,00
126	ANGIO RM AORTA TORACICA	R\$ 450,00
127	ANGIO RM ABDOMEN	R\$ 450,00
128	ANGIO RM TORAX	R\$ 450,00
129	RM MASTOIDES (OUVIDOS)	R\$ 450,00
130	COLANGIO RM	R\$ 450,00
131	PÚBIS/SINFISE PUBICA	R\$ 450,00
132	CONTRASTE PARA REALIZAÇÃO DE RM OU TC	R\$ 100,00
133	SEDAÇÃO COM MÉDICO ANESTESISTA	R\$ 450,00

MEDICINA NUCLEAR		VALOR UNIT
134	CINTILOGRAFIA DE MIOCARDIO PERFUSÃO ESTRESSE E REPOUSO	R\$ 1.380,00
135	CINTILOGRAFIA P/ PESQUISA DO CORPO TOTAL	R\$ 552,00
136	CINTILOGRAFIA RENAL DINAMICA (DTPA)	R\$ 517,50
137	CINTILOGRAFIA RENAL ESTÁTICA (DMSA)	R\$ 517,50
138	CINTILOGRAFIA DIRETA	R\$ 400,00
139	CINTILOGRAFIA INDIRETA	R\$ 400,00
140	CINTILOGRAFIA DE TIREOIDES C/ OU S/ CAPTAÇÃO IODO	R\$ 460,00
141	CINTILOGRAFIA DE TIREOIDES C/ CAPTAÇÃO TC99	R\$ 460,00
142	CINTILOGRAFIA DE PULMÃO POR INALAÇÃO	R\$ 460,00
143	CINTILOGRAFIA DE PULMÃO POR PERFUSÃO	R\$ 460,00
144	PESQUISA DE HEMORRAGIA NAO ATIVA	R\$ 517,50
145	PESQUISA DE HEMORRAGIA ATIVA	R\$ 517,50
146	PESQUISA DE REFLUXO GASTRICO ESOFÁGICO	R\$ 517,50
147	CINTILOGRAFIA DAS GLANDULAS SALIVARES COM OU SEM CONTRASTE	R\$ 517,50
148	CINTILOGRAFIA DE PARATIREÓIDE	R\$ 450,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
ESTADO DA BAHIA



149	LINFOCINTILOGRAFIA DE MEMBROS	R\$ 517,50
150	DIVERTÍCULO DE MECKEL	R\$ 517,50

OFTALMOLOGIA		VALOR UNIT
151	BIOMETRIA ULTRASSONICA	R\$ 120,00
152	CAMPIMETRIA COMPUTADORIZADA	R\$ 90,00
153	CURVA DIARIA DE PRESSÃO OCULAR	R\$ 90,00
154	ESTESIOMETRIA	R\$ 10,00
155	FUNDOSCOPIA	R\$ 40,00
156	GONIOSCOPIA	R\$ 40,00
157	PAQUIMETRIA ULTRASSONICA	R\$ 80,00
158	MAPEAMENTO DE RETINA COM GRAFICO	R\$ 100,00
159	POTENCIAL ACUIDADE VISUAL	R\$ 120,00
160	TESTE DE VISÃO DE CORES	R\$ 10,00
161	TONOMETRIA	R\$ 20,00
162	DRENAGEM DE ABSCESSO DE PALPEBRAS	R\$ 750,00
163	EPILAÇÃO DE CÍLIOS	R\$ 750,00
164	EXERESE DE CALAZIO E OUTRAS PEQUENAS LESÕES DA PALPEBRA E SUPERCILIO	R\$ 750,00
165	SIMBLEFAROPLASTIA	R\$ 1.200,00
166	SUTURA DE PALPEBRAS	R\$ 1.000,00
167	SUTURA DE ESCLERA	R\$ 1.400,00
168	EXERESE DE TUMOR DE CONJUTIVA	R\$ 900,00
169	RECOBRIMENTO CONJUNTIVAL	R\$ 900,00
170	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA CORNEA	R\$ 150,00
171	SUTURA DE CONJUNTIVA	R\$ 750,00
172	SUTURA DE CORNEA	R\$ 1.800,00
173	TRATAMENTO CIRURGICO DE PTERIGIO	R\$ 1.000,00
174	CHECK UP DE GLAUCOMA	R\$ 300,00
175	TESTE DO REFLEXO EM RECEM NATO (TESTE DO OLHINHO)	R\$ 90,00
176	XANTELASMA	R\$ 1.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
ESTADO DA BAHIA



177	FACECTOMIA/CIRURGIA DE CATARATA	R\$ 2.300,00
178	PTOSE MONOCULAR	R\$ 1.400,00
179	BLEFAROPLASTIA BINOCULAR	R\$ 2.300,00
180	ECTRÓPIO MONOCULAR	R\$ 1.400,00
181	AVASTIN POR APLICAÇÃO	R\$ 1.400,00
182	TRABECULECTOMIA MONOCULAR	R\$ 2.800,00
183	FACOTREC MONOCULAR	R\$ 5.100,00
184	TOPOGRAFIA DE Córnea/ CERATOSCOPIA MONOCULAR	R\$ 80,00
185	MICROSCOPIA ESPECULAR DE CORNEA MONOCULAR	R\$ 80,00
186	TOMOGRAFIA DE COERENCIA OPTICA MONOCULAR	R\$ 150,00
187	CURVA TENSIONAL BINOCULAR	R\$ 140,00
188	ULTRASSOM OCULAR MONOCULAR	R\$ 180,00
189	CAPSULOTOMIA/ IRIDOTOMIA YAG LASER MONOCULAR	R\$ 400,00
190	RETINOGRAFIA SIMPLES MONOCULAR	R\$ 80,00

OUTROS PROCEDIMENTOS		VALOR UNIT
191	ELETOENCEFALOGRAMA	R\$ 200,00
192	ELETRONEUROMIOGRAFIA MMSS OU MMII	R\$ 480,00
193	ELETRONEUROMIOGRAFIA DA FACE	R\$ 380,00
194	ENDOSCOPIA DIGESTIVA	R\$ 170,00
195	COLONOSCOPIA	R\$ 550,00
196	COLONOSCOPIA COM BIOPSIA	R\$ 850,00
197	ELETRCARDIOGRAMA	R\$ 50,00
198	RISCO CIRURGICO	R\$ 80,00
199	BIOPSIA PRÓSTATA	R\$ 900,00
200	BIOPSIA TIREOIDE	R\$ 500,00
201	TESTE ERGOMÉTRICO	R\$ 310,00
202	ESTUDO URODINAMICO	R\$ 550,00
203	ECOCARDIOGRAMA TRASTORÁCICO OU BIDIMENSIONAL DOPPLER COLLOR	R\$ 250,00
204	DENSITOMETRIA ÓSSEA DUO-ENERGÉTICA DE COLUNA	R\$ 200,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
ESTADO DA BAHIA



205	RETOSSIGMOIDOSCOPIA	R\$ 300,00
206	MANOMETRIA ESOFÁGIA	R\$ 400,00
207	PH-METRIA ESOFÁGICA	R\$ 400,00
208	ARTERIOGRAFIA DE MEMBRO	R\$ 2.300,00
209	VIDEOENDOSCOPIA	R\$ 180,00

OTORRINOLARIGOLOGIA		VALOR UNIT
210	VIDEO-LARINGOSCOPIA	R\$ 200,00
211	CERUME	R\$ 150,00
212	CURATIVO OTOLÓGICO	R\$ 120,00
213	DRENAGEM OUVIDO	R\$ 250,00
214	DRENAGEM ABSCESSO	R\$ 250,00
215	DRENAGEM ABSCESSO C.C	R\$ 700,00
216	AUDIOMETRIA COMPLETA	R\$ 150,00
217	AUDIO+IMITANCIO	R\$ 180,00
218	AUDIOMETRIA: IMPEDÂNCIO	R\$ 75,00
219	VECTOELETRO	R\$ 250,00
220	BERA	R\$ 380,00
221	OEA	R\$ 200,00
222	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO	R\$ 320,00
223	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO C.C	R\$ 600,00
224	BIOPSIA	R\$ 260,00
225	TAMPONAMENTO NASAL	R\$ 260,00
226	CAUTERIZAÇÃO	R\$ 130,00
227	POLISSONOGRRAFIA: BASAL	R\$ 500,00
228	POLISSONOGRRAFIA: CPAP	R\$ 600,00
229	POLISSONOGRRAFIA: SPLIT NIGHT	R\$ 750,00
230	TESTE ALÉRGICO	R\$ 230,00
231	TESTE DA ORELHINHA	R\$ 200,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
ESTADO DA BAHIA



CONSULTAS, ESPECIALIDADES, PLANTÕES E SERVIÇOS		VALOR UNIT
232	CONSULTA ALERGISTA	R\$ 80,00
233	CONSULTA ANESTESISTA	R\$ 50,00
234	CONSULTA CARDIOLOGISTA	R\$ 80,00
235	CONSULTA CIRURGIÃO GERAL	R\$ 100,00
236	CONSULTA ENDOCRINOLOGISTA	R\$ 150,00
237	CONSULTA EM FISIOTERAPIA	R\$ 20,00
238	SESSÃO DE FISIOTERAPIA	R\$ 15,00
239	CONSULTA FONOAUDIOLOGIA	R\$ 80,00
240	CONSULTA DERMATOLOGISTA	R\$ 80,00
241	CONSULTA GASTROLOGISTA	R\$ 80,00
242	CONSULTA GINECOLOGISTA	R\$ 80,00
243	CONSULTA HEMATOLOGISTA	R\$ 80,00
244	CONSULTA HEPATOLOGISTA	R\$ 80,00
245	CONSULTA MASTOLOGISTA	R\$ 120,00
246	CONSULTA NEFROLOGISTA	R\$ 200,00
247	CONSULTA NEUROCIRURGIÃO	R\$ 400,00
248	CONSULTA NEUROLOGISTA	R\$ 90,00
249	CONSULTA NEUROPEDIATRA	R\$ 200,00
250	CONSULTA CIRURGIÃO OBSTETRA	R\$ 80,00
251	CONSULTA OFTALMOLOGICA	R\$ 80,00
251	CONSULTA OFTALMOLOGIA ESPECIALIZADO EM RETINA	R\$ 160,00
252	CONSULTA ORTOPEDICA	R\$ 70,00
253	CONSULTA OTORRINOLARIGOLOGISTA	R\$ 100,00
254	CONSULTA PEDIATRICA	R\$ 100,00
255	CONSULTA PSIQUIATRA	R\$ 90,00
256	CONSULTA PNEUMOLOGISTA	R\$ 100,00
257	CONSULTA PROCTOLOGISTA	R\$ 100,00
258	CONSUL TA PSICOLOGIA	R\$ 40,00
259	CONSULTA REUMATOLOGIA	R\$ 90,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
ESTADO DA BAHIA



260	CONSULTA UROLOGIA	R\$ 100,00
261	CONSULTA CLÍNICA CAPS	R\$ 70,00
262	PLANTÃO SOBREAVISO 12HS UPA MEIO DE SEMANA	R\$ 450,00
263	PLANTÃO SOBREAVISO 12HS UPA FIM DE SEMANA	R\$ 550,00
264	PLANTÃO SOBREAVISO 12HS HOSPITAL MEIO DE SEMANA	R\$ 450,00
265	PLANTÃO SOBREAVISO 12HS HOSPITAL FIM DE SEMANA	R\$ 550,00
266	PLANTÃO 08 HS PEDIATRIA	R\$ 1.000,00
267	PLANTÃO 08 HS CIRURGIÃO GERAL	R\$ 2.000,00
268	PLANTÃO 12 HS ANESTESISTA	R\$ 1.500,00
269	PLANTÃO 08 HS CIRURGIÃO OBSTETRA	R\$ 2.000,00
270	PLANTÃO 24 HS CLÍNICO HOSPITAL - SEMANA	R\$ 1.900,00
271	PLANTÃO 24 HS CLÍNICO HOSPITAL - FIM DE SEMANA	R\$ 2.200,00
272	PLANTÃO 24 HS CLÍNICO UPA - SEMANA	R\$ 1.900,00
273	PLANTÃO 24 HS CLÍNICO UPA - FIM DE SEMANA	R\$ 2.200,00
274	REFERÊNCIA ESPECIALIZADA 12HS EM ORTOPEDIA	R\$ 2.000,00
275	REFERÊNCIA ESPECIALIZADA 12HS CIRURGIA GERAL	R\$ 3.000,00
276	REFERENCISA ESPECIALIZADA 12HS CIRURGIÃO OBSTETRA	R\$ 3.000,00
277	PLANTÃO 08 HS ORTOPEDISTA	R\$ 1.300,00
278	PLANTÃO 6HS CENTRO COVID	R\$ 750,00
279	TRANSFERÊNCIA MÉDICA ACIMA DE 80KM	R\$ 1.000,00
280	DIREÇÃO CLÍNICA UPA	R\$ 2.000,00
281	DIREÇÃO CLÍNICA HOSPITAL	R\$ 2.000,00

RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA		VALOR UNIT
282	RX PANORÂMICA	R\$ 50,00
283	SEIOS DA FACE - MENTO NASO	R\$ 90,00
284	LAUDO COMPUTADORIZADO A PARTE	R\$ 25,00

TOMOGRAFIA ODONTOLÓGICA		VALOR UNIT
285	MAXILA TOTAL	R\$ 250,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
ESTADO DA BAHIA



286	MAXILA PARCIAL	R\$ 200,00
287	MANDIBULA TOTAL	R\$ 250,00
288	MANDIBULA PARCIAL	R\$ 200,00
289	MAXILA E MANDIBULA TOTAL	R\$ 600,00

CONSULTAS, ESPECIALIDADES E SERVIÇOS		VALOR UNIT
290	CONSULTA ANGIOLOGISTA	R\$ 80,00
291	DOPPLER VENOSO (POR PERNA)	R\$ 150,00
292	DOPPLER CARÓTIDA	R\$ 175,00
293	DOPPLER ARTERIAL	R\$ 175,00
294	HIPERBÁRICA - SESSÃO	R\$ 200,00
295	ESPIROMETRIA	R\$ 200,00

PROCEDIMENTOS CIRURGICOS		VALOR UNIT
296	CIRURGIA DE VARIZES (UMA PERNA)	R\$ 500,00
297	CIRURGIA DE VARIZES (DUAS PERNAS)	R\$ 900,00
298	CONSULTA HOMEOPATICA	R\$ 50,00
299	CONSULTA CLÍNICA GERAL	R\$ 50,00
300	CONSULTA CIRURGIÃO PLÁSTICO	R\$ 100,00
301	CIRURGIA CORRETIVA DE MAMA	R\$ 6.000,00
302	ANESTESIOLOGIA EM CIRURGIA CORRETIVA DE MAMA	R\$ 1.700,00
303	BIOPSIA DE MAMA	R\$ 550,00
304	BIOPSIA DE PELE	R\$ 550,00

CIRURGIAS ELETIVAS		VALOR UNIT
305	CIRURGIA PORTE I	R\$ 250,00
306	CIRURGIA PORTE II	R\$ 400,00
307	CIRURGIA PORTE III	R\$ 600,00
308	DIÁRIA DE INSTRUMENTADOR CIRURGICO	R\$ 200,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
ESTADO DA BAHIA



309	EXCISÃO DE LESÃO- TUMOR ANU-RETAL	R\$ 670,70
310	FISTULECTOMIA/ FISTULOTOMIA ANAL	R\$ 508,24
311	HEMORROIDECTOMIA	R\$ 631,88
312	COLECISTECTOMIA	R\$ 1.391,54
313	COLECISTECTOMIA EM VIDEO	R\$ 1.763,24
314	HERNIORRAFIA EPIGÁSTRICA	R\$ 657,80
315	HERNIORRAFIA INCISIONAL	R\$ 1.079,84
316	HERNIOPLASTIA INGUINAL/ CRURAL (BILATERAL)	R\$ 998,47
317	HERNIOPLASTIA INGUINAL/ CRURAL (UNILATERAL)	R\$ 689,13
318	HERNIOPLASTIA RECIDIVANTE	R\$ 832,86
319	HERNIORRAFIA UMBILICAL	R\$ 869,98
320	REPARAÇÃO DE OUTRAS HERNIAS	R\$ 764,38
321	TRATAMENTO CIRURGICO DE INCONTINENCIA URINARIA VIA ABDOMINAL	R\$ 772,40
322	ORQUIDOPEXIA UNILATERAL	R\$ 400,00
323	ORQUIDOPEXIA BILATERAL	R\$ 832,59
324	HIDROCELE UNILATERAL	R\$ 400,00
325	COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR COM AMPUTAÇÃO	R\$ 1.134,80
326	CONIZAÇÃO	R\$ 887,32
327	CURETAGEM SEMIÓTICA COM OU SEM DILATAÇÃO DO COLO UTERINO	R\$ 334,84
328	HISTERCTOMIA (POR VIA VAGINAL)	R\$ 920,16
329	HISTERECTOMIA COM ANEXECTOMIA UNI OU BILATERAL	R\$ 1.502,17
330	HISTERECTOMIA TOTAL	R\$ 1.775,95
331	LAQUEADURA TUBARIA (SALPINGECTOMIA)	R\$ 945,73
332	MIOMECTOMIA	R\$ 1.057,88
333	MASTECTOMIA SIMPLES	R\$ 925,60
334	PLÁSTICA MAMÁRIA FEMININA NÃO ESTÉTICA	R\$ 1.028,34
335	VASECTOMIA	R\$ 400,00
336	POSTECTOMIA/ FRENULOPLASTIA	R\$ 400,00
337	CIRURGIA PORTE IV	R\$ 800,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
ESTADO DA BAHIA



CIRURGIA GERAL		VALOR UNIT
338	ARTROPLASTIA DE JOELHO (PRÓTESE)	R\$ 20.081,81
339	RECONSTRUÇÃO DE LIGAMENTO JOELHO	R\$ 6.446,01
340	ARTROSCOPIA SIMPLES	R\$ 6.250,00
341	CIRURGIA MENISCO	R\$ 4.090,74
342	RETIRADA CISTOS	R\$ 2.107,35
343	HALUXVALGUS	R\$ 2.479,24
344	TÚNEL DO CARPO	R\$ 2.107,35
345	OSTEOTOMIA DE JOELHO	R\$ 12.148,26
346	DIÁRIAS DE UTI- PÓS OPERATÓRIO- PACOTE DIA	R\$ 1.800,00
347	DIÁRIAS DE UTI- PACIENTE CLÍNICO- PACOTE DIA	R\$ 3.000,00
348	DIÁRIAS DE ENFERMARIA- PACOTE DIA	R\$ 980,00
349	CIRURGIA GERAL- CABEÇA E PESCOÇO	R\$ 8.250,00
350	BARIATRICA POR VIDEO	R\$ 24.450,00

CIRURGIA UROLOGICA		VALOR UNIT.
351	URETROTOMIA INTERNA	R\$ 2.500,00
352	RTU DE PRÓSTATA EM VÍDEO	R\$ 3.500,00
353	RTU DE BEXIGA EM VÍDEO	R\$ 3.500,00
354	URETROCISTOSCOPIA EM VÍDEO	R\$ 2.000,00
355	PROSTATECTOMIA ABERTA	R\$ 2.000,00
356	URETEROLITOTRIPSIA SEMIRIGIDA EM VÍDEO	R\$ 3.500,00
357	CIRURGIA DE SLING	R\$ 1.000,00

DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO - PRADO 2024			
ITEM	CODIGO SIGTAP	DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO	VL.R. UNIT
358	202.050.017	ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	R\$ 4,65
359	202.080.013	ANTIBIOGRAMA	R\$ 10,12
360	202.080.030	ANTIBIOGRAMA P/ MICOBACTERIAS	R\$ 9,02
361	202.080.072	BACTERIOSCOPIA (GRAM)	R\$ 3,55
362	202.050.025	CLEARANCE DE CREATININA	R\$ 3,51



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
ESTADO DA BAHIA



363		COLETA DE MATERIAL PARA EXAME LABORATORIAL	R\$ 50,00
364	202.020.037	CONTAGEM DE RETICULOCITOS	R\$ 2,73
365	202.080.080	CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO	R\$ 20,05
366	202.080.080	CULTURA P/ HERPESVIRUS	R\$ 3,02
367	202.080.129	CULTURA PARA BACTERIAS ANAEROBICAS	R\$ 12,25
368	202.080.137	CULTURA PARA IDENTIFICACAO DE FUNGOS	R\$ 10,25
369	202.080.137	DETERMINACAO DE COMPLEMENTO (CH50)	R\$ 13,02
370	202.010.040	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA (2 DOSAGENS)	R\$ 4,81
371	202.010.074	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA CLASSICA (5 DOSAGENS)	R\$ 10,00
372	202.030.075	DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE	R\$ 12,30
373	202.020.070	DETERMINACAO DE TEMPO DE COAGULACAO	R\$ 3,28
374	202.020.096	DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO -DUKE	R\$ 3,28
375	202.020.126	DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBINA	R\$ 5,01
376	202.020.134	DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA)	R\$ 5,77
377	202.020.142	DETERMINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	R\$ 8,12
378	202.020.150	DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTACAO (VHS)	R\$ 3,65
379	202.120.023	DETERMINACAO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	R\$ 1,80
380	202.010.767	DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D	R\$ 15,24
381	202.010.120	DOSAGEM DE ACIDO URICO	R\$ 2,80
382	202.030.091	DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA	R\$ 10,02
383	202.010.180	DOSAGEM DE AMILASE	R\$ 5,20
384	202.010.198	DOSAGEM DE AMONIA	R\$ 1,25
385	202.030.105	DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	R\$ 16,42
386	202.010.201	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	R\$ 4,85
387	202.010.210	DOSAGEM DE CALCIO	R\$ 4,78
388	202.010.228	DOSAGEM DE CALCIO IONIZAVEL	R\$ 4,78
389	202.070.158	DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA	R\$ 17,53
390	202.010.260	DOSAGEM DE CLORETO	R\$ 5,25
391	202.070.190	DOSAGEM DE COBRE	R\$ 5,21



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
ESTADO DA BAHIA



392	202.010.279	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	R\$ 4,21
393	202.010.287	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	R\$ 4,21
394	202.010.295	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	R\$ 3,10
395	202.030.121	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	R\$ 17,16
396	202.030.130	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4	R\$ 17,16
397	202.060.136	DOSAGEM DE CORTISOL	R\$ 10,25
398	202.010.317	DOSAGEM DE CREATININA	R\$ 2,22
399	202.010.325	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	R\$ 12,42
400	202.010.333	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB	R\$ 16,58
401	202.060.144	DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	R\$ 11,25
402	202.010.368	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA	R\$ 6,40
403	202.060.152	DOSAGEM DE DIHIDROTESTOTERONA (DHT)	R\$ 11,71
404	202.060.160	DOSAGEM DE ESTRADIOL	R\$ 10,15
405	202.060.179	DOSAGEM DE ESTRIOL	R\$ 11,55
406	202.060.187	DOSAGEM DE ESTRONA	R\$ 11,12
407	202.010.384	DOSAGEM DE FERRITINA	R\$ 15,59
408	202.010.392	DOSAGEM DE FERRO SERICO	R\$ 5,25
409	202.010.422	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	R\$ 4,80
410	202.010.430	DOSAGEM DE FOSFORO	R\$ 4,25
411	202.010.465	DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	R\$ 5,25
412	202.010.473	DOSAGEM DE GLICOSE	R\$ 2,22
413	202.060.209	DOSAGEM DE GLOBULINA TRANSPORTADORA DE TIROXINA	R\$ 15,35
414	202.060.217	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)QUALITATIVO	R\$ 9,42
415	202.010.503	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	R\$ 9,80
416	202.010.503	DOSAGEM DE HORMONIO DE CRESCIMENTO (HGH)	R\$ 12,25
417	202.060.233	DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	R\$ 7,89
418	202.060.241	DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)	R\$ 8,97
419	202.060.250	DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	R\$ 8,96
420	202.060.250	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA)	R\$ 17,16



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
ESTADO DA BAHIA



421	202.060.250	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	R\$ 10,21
422	202.060.250	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (IGM)	R\$ 17,16
423	202.010.538	DOSAGEM DE LACTATO	R\$ 6,25
424	202.010.554	DOSAGEM DE LIPASE	R\$ 10,19
425	202.070.255	DOSAGEM DE LITIO	R\$ 11,35
426	202.010.562	DOSAGEM DE MAGNESIO	R\$ 9,55
427	202.050.092	DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	R\$ 9,20
428	202.010.570	DOSAGEM DE MUCO-PROTEINAS	R\$ 11,20
429	202.060.276	DOSAGEM DE PARATORMONIO	R\$ 43,13
430	202.010.600	DOSAGEM DE POTASSIO	R\$ 6,80
431	202.060.292	DOSAGEM DE PROGESTERONA	R\$ 16,01
432	202.060.306	DOSAGEM DE PROLACTINA	R\$ 10,15
433	202.030.202	DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	R\$ 6,18
434	202.050.114	DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	R\$ 20,40
435	202.010.619	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	R\$ 1,40
436	202.010.627	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	R\$ 2,45
437	202.010.635	DOSAGEM DE SODIO	R\$ 6,80
438	202.060.349	DOSAGEM DE TESTOSTERONA	R\$ 10,43
439	202.060.357	DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	R\$ 13,11
440	202.060.365	DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	R\$ 15,35
441	202.060.373	DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	R\$ 8,76
442	202.060.381	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	R\$ 11,60
443	202.010.643	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)	R\$ 2,80
444	202.010.651	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	R\$ 2,80
445	202.010.660	DOSAGEM DE TRANSFERRINA	R\$ 12,25
446	202.010.678	DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	R\$ 4,29
447	202.031.209	DOSAGEM DE TROPONINA	R\$ 18,81
448	202.010.694	DOSAGEM DE UREIA	R\$ 2,60
449	202.010.708	DOSAGEM DE VITAMINA B12	R\$ 15,52
450	202.070.352	DOSAGEM DE ZINCO	R\$ 19,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
ESTADO DA BAHIA



451	202.031.217	DOSAGEM DO ANTIGENO CA 125	R\$ 11,05
452	202.020.355	ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	R\$ 12,21
453	202.010.724	ELETROFORESE DE PROTEINAS	R\$ 12,21
454	202.020.363	ERITROGRAMA (ERITROCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATOCRITO)	R\$ 2,73
455	202.080.153	HEMOCULTURA	R\$ 12,32
456	202.020.380	HEMOGRAMA COMPLETO	R\$ 7,03
457	202.020.398	LEUCOGRAMA	R\$ 3,62
458	202.030.253	PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTICARDIOLIPINA	R\$ 33,52
459	202.030.261	PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTICARDIOLIPINA	R\$ 26,25
460	202.030.270	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-DNA	R\$ 19,26
461	202.030.458	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESCLERODERMA (SCL 70)	R\$ 29,36
462	202.030.474	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTISTREPTOLISINA O (ASLO)	R\$ 3,65
463	202.030.555	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMICROSSOMAS (TIREOIDEANO)	R\$ 17,16
464	202.030.598	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINUCLEO	R\$ 17,16
465	202.030.326	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-RIBONUCLEOPROTEINA (RNP)	R\$ 17,16
466	202.030.334	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SCHISTOSOMAS	R\$ 5,74
467	202.030.342	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SM	R\$ 17,16
468	202.030.350	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A (RO)	R\$ 18,55
469	202.030.369	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B (LA)	R\$ 18,55
470	202.030.628	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIREOGLOBULINA	R\$ 17,16
471	202.030.644	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBE)	R\$ 18,55
472	202.030.679	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	R\$ 18,55
473	202.030.733	PESQUISA DE ANTICORPOS HETEROFILOS CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	R\$ 17,16
474	202.030.741	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	R\$ 11,61
475	202.030.750	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTILEISHMANIAS	R\$ 10,00
476	202.030.806	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	R\$ 18,55
477	202.030.814	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	R\$ 17,16
478	202.030.830	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	R\$ 17,16
479	202.030.849	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLES	R\$ 17,16



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
ESTADO DA BAHIA



480	202.030.857	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS	R\$ 11,00
481	202.030.865	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTILEISHMANIAS	R\$ 9,25
482	202.030.911	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	R\$ 18,55
483	202.030.920	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	R\$ 17,16
484	202.030.954	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLES	R\$ 17,16
485	202.030.962	PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA)	R\$ 13,35
486	202.030.970	PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	R\$ 18,55
487	202.030.989	PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	R\$ 18,55
488	202.020.410	PESQUISA DE CELULAS LE	R\$ 4,11

489	202.031.012	PESQUISA DE FATOR REUMATOIDE (WAALER-ROSE)	R\$ 4,10
490	202.120.082	PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	R\$ 1,82
491	202.031.039	PESQUISA DE IMUNOGLOBULINA E (IGE) ALERGENO-ESPECIFICA	R\$ 9,25
492	202.040.089	PESQUISA DE LARVAS NAS FEZES	R\$ 2,05
493	202.040.097	PESQUISA DE LEUCOCITOS NAS FEZES	R\$ 1,98
494	202.040.127	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	R\$ 3,32
495	202.040.135	PESQUISA DE ROTAVIRUS NAS FEZES	R\$ 35,92
496	202.040.143	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	R\$ 2,21
497	202.020.487	PROVA DE CONSUMO DE PROTROMBINA	R\$ 4,11
498	202.020.495	PROVA DE RETRACAO DO COAGULO	R\$ 2,73
499	202.020.509	PROVA DO LACO	R\$ 2,73
500	202.031.128	TESTE FTA-ABS IGG P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	R\$ 10,00
501	202.031.136	TESTE FTA-ABS IGM P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	R\$ 10,00
502	202.031.110	TESTE NÃO TREPONEMICO P/ DETECÇÃO DE SIFILIS (VDRL)	R\$ 3,99
503	202.031.179	TESTE NÃO TREPONEMICO P/ DETECÇÃO DE SIFILIS EM GESTANTES (VDRL)	R\$ 3,20
504	203.010.086	EXAME CITOPATOLÓGICO CERVICO VAGINAL/MICROFLORA-RASTREAMENTO	R\$ 17,24
505	202.030.318	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HTLV-1 + HTLV-2	R\$ 27,82
506	202.030.296	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 (WESTERN BLOT)	R\$ 102,00
5057	202.030.300	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	R\$ 12,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
ESTADO DA BAHIA



508	202.030.768	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	R\$ 20,36
509	202.030.873	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	R\$ 22,26
510	202.060.039	DETERMINAÇÃO DE T3 REVERSO	R\$ 17,63
511	02.02.03.0679	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	R\$ 23,18
512	02.02.03.0989	PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B DNA HBV	R\$ 23,18
513	02.02.03.0784	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG E IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-TOTAL)	R\$ 23,18
514	02.02.03.0636	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	R\$ 23,18
515		NEUTROFILOS, ANCA C	R\$ 20,56
516		NEUTROFILOS, ANCA P	R\$ 23,04
517		BAAR, LINFA	R\$ 15,00
518		CA 15-3	R\$ 30,00
519		CA 19-9	R\$ 30,00
520		COOMBS DIRETO	R\$ 4,80
521		COOMBS INDIRETO	R\$ 9,60
522		GLICOSE 1 HORA APÓS 50G DEXTROSOL	R\$ 14,40
523		GLICOSE 2 HORAS APÓS 75G DEXTROSOL	R\$ 14,40
524		IGE TOTAL	R\$ 9,25
525		INSULINA	R\$ 28,43
526		PPD REAÇÃO INTRADERMO	R\$ 45,00
527		CHIKUNGUNYA, ANTICORPOS IGG E IGM	R\$ 75,00
528		DENGUE IGG E IGM	R\$ 60,00
529		DENGUE NS1	R\$ 42,30
530		T3 TOTAL	R\$ 19,00
531		ANTICORPO INIBIDOR DE TSH (TRAB)	R\$ 28,23
532		ZIKA VIRUS IGG E IGM	R\$ 75,00
533		ZIKA VIRUS IGM	R\$ 70,00

ITEM	DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO	VLR. UNIT
------	---------------------------	-----------



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
ESTADO DA BAHIA



534	PROCEDIMENTO DIAGNÓSTICO EM BIÓPSIA (IMPRINT E CELL BLOCK)	R\$ 80,00
535	PROCEDIMENTO DIAGNÓSTICO EM CIRÚRGICA SIMPLES	R\$ 160,00
536	PROCEDIMENTO DIAGNÓSTICO EM CIRÚRGICA COMPLEXA	R\$ 420,00
537	COLORAÇÃO ESPECIAL	R\$ 50,00
538	FRAGMENTOS MULTIPLOS DE BIÓPSIA DE MESMO ORGÃO – ATÉ 5 FRAGMENTOS DO MESMO	R\$ 90,00

ITEM	DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO	VLR. UNIT
539	PROCEDIMENTO DIAGNÓSTICO CITOPATOLÓGICO ONCÓTICO DE LÍQUIDOSE RASPADOS CUTÂNEOS	R\$ 70,00
540	PROCEDIMENTO DIAGNÓSTICO EM LÂMINAS DE PAAF- 1 ÁREA – (ATÉ 3 LÂMINAS)	R\$ 90,00
541	PROCEDIMENTO DIAGNÓSTICO CITOPATOLÓGICO EM MEIO LÍQUIDO- OUTROS LÍQUIDOS BIOLÓGICOS	R\$ 50,00
542	PROCEDIMENTO DIAGNÓSTICO EM IMUNOHISTOQUIMICA – POR REAÇÃO	R\$ 170,00
543	PROCEDIMENTO DIAGNÓSTICO EM IMUNOHISTOQUIMICA DE PROSTATA	R\$ 470,00

ITEM	CIRURGIAS ESPECIALIZADAS EM OTORRINOLARINGOLOGIA	VLR. UNIT
544	SEPTOPLASTIA + TURBINECTOMIA	R\$ 8.172,50
545	EXERÊSE DE TUNAR OU PÓLIPO NASAL	R\$ 5.870,00
546	ADENOIMIGDALECTOMIA	R\$ 7.035,00
547	TIMPANOMETRIA	R\$ 7.035,00
548	FRENECTOMIA	R\$ 3.625,00
549	CONSULTA COM CIRURGIÃO OTORRINOLARINGOLOGISTA	R\$ 380,00

FISCALIZAÇÃO:

1 - A lei Federal 14133/21 prevê que cada contrato firmado pela Administração Pública deve ter um fiscal designado, responsável por acompanhar e fiscalizar sua execução:

2 - "Art. 67. Nos contratos celebrados pela administração pública, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e também nos contratos de suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, poderá ser designado um representante da Administração, por meio de indicação da autoridade competente, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, ou instrumento congênere, nos termos previstos no edital ou instrumento equivalente”.

3 - Este artigo define que nos contratos celebrados pela administração pública e suas entidades, um representante da administração pode ser designado para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
ESTADO DA BAHIA



4 - A fiscalização da contratação será exercida por um fiscal de contratos designado pela secretaria responsável, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista no Edital.

DISPOSIÇÕES FINAIS:

1 - Admite-se, para o caso dos plantões, para atender ao interesse público, carga horária inferior, aplicando-se redução proporcional na remuneração a ser paga.

2 - Nos valores estabelecidos neste edital estão incluídos todos os adicionais, quais sejam, adicional noturno e de insalubridade.

Neuziane Mascarenhas Novais
Secretária Municipal de Saúde



MINUTA DA PROPOSTA DE ADESÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2024
CREDENCIAMENTO Nº 001/2024

OBJETO: “CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS E CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICA E/OU FÍSICA, PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, PROCEDIMENTOS MÉDICOS DE ATENÇÃO ESPECIALIZADO E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E AMBULATORIAIS E HOSPITALARES, PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) MUNICIPAL, EM SEUS ESTABELECIMENTOS PRÓPRIOS OU INDICADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO”.

Contato:

Telefone: (____) _____ - Celular: (____) _____

E-mail: _____

Endereço: _____

PROPOSTA COM PEDIDO DE ADESÃO

AO CONSELHO ESPECIAL DE CREDENCIAMENTO:

A empresa/pessoa Jurídica _____, com sede/endereço _____ (endereço completo – Rua/Avenida, número, complemento, bairro, cidade, estado, CEP), inscrito no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado por _____ (qualificação do representante da contratada – nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, filiação, endereço completo), através do representante legal acima qualificado, vem por meio desta, apresentar nossa PROPOSTA DE ADESÃO ao presente credenciamento para realização serviços abaixo indicados, desde já concordando e aderindo aos preços abaixo relacionados, em conformidade com o Projeto Básico:

O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, pelos serviços, efetivamente realizados e respectiva nota fiscal discriminativa do(s) serviço(s) prestado(s), os valores constantes da Tabela constante no termo de referência, aplicando-se o desconto conforme especificado em cada item abaixo relacionado:

Item	Descrição do Item	Unidade	Qtde.	Valor Unit.	Valor Total
SOMA TOTAL					



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
ESTADO DA BAHIA



Os interessados no credenciamento deverão apresentar sua proposta de adesão APENAS E TÃO SOMENTE para o(s) item(ns) ao qual deseja se credenciar, devendo excluir as linhas da planilha acima referentes a todos os demais itens para os quais NÃO deseja o credenciamento.

A existência de credenciados não obriga o município a firmar os compromissos que deles poderão advir. A não contratação dos serviços não importará em indenização de qualquer espécie. Fica facultada, em caso de futura contratação, a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações, assegurando-se aos credenciados a preferência em igualdade de condições.

Declaramos por fim estarmos cientes de todas as condições do edital supracitado e respectivos anexos, bem como de todas as especificações contidas na minuta do futuro contrato a ser assinado e que as aceitamos de forma incondicional sem nenhum questionamento.

Sem mais, esperamos a atenção dessa conceituada entidade no sentido de deferir o nosso credenciamento.

_____, _____ de _____ de 2024

Atenciosamente

Identificação e assinatura do responsável legal da empresa

Carimbo



ANEXO III
MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO Nº/2023
REF. CREDENCIAMENTO Nº 001/2024
INEXIGIBILIDADE 015/2024

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Prestação de Serviços, de um lado **O MUNICÍPIO DE PRADO**, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rodovia Prado x Itamarajú, Km 01, Lote 14 - CEP: 45.980-000 - Prado - Bahia, inscrito no CNPJ sob o n. 13.761.713/0001-10, neste ato representado por seu prefeito, Sr. Gilvan da Silva Santos, doravante denominada PREFEITURA, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRADO**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rodovia Prado x PRADO, Km 01, Lote 14, nesta Cidade de Prado, no Estado da Bahia, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.408.177/0001-94 neste ato, representado pela Secretária de Saúde e Gestora do FMS, Srª Neuziane Mascarenhas Novais, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa, xxxxx com sede na xxxxxx, Bairro, CEP , Município , Estado, inscrita no CNPJ sob nº Fone/Fax: , "e-mail": , representada pelo(a) Sr(a) , (qualificação e residência) portador da Cédula de Identidade RG sob nº , inscrito no CPF sob nº , denominada CONTRATADA, em conformidade com o EDITAL DE CREDENCIAMENTO nº 001/2024, com base no art. 74, caput da Lei Federal 14.133/21 e suas alterações e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Contrato é "**CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS E CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICA E/OU FÍSICA, PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, PROCEDIMENTOS MÉDICOS DE ATENÇÃO ESPECIALIZADO E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E AMBULATORIAIS E HOSPITALARES, PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) MUNICIPAL, EM SEUS ESTABELECIMENTOS PRÓPRIOS OU INDICADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO**", conforme tabela abaixo:

Item	Descrição do Item	Unidade	Qtde.	Valor Unit.	Valor Total
SOMA TOTAL					

PARÁGRAFO ÚNICO – Os serviços serão prestados nos dias, locais e no horário designado pela Secretaria Municipal de Saúde de PRADO.



CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

2.1. O prazo de vigência da contratação é de _____ contados da assinatura deste instrumento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Projeto Básico, anexo a este Contrato.

3.2 MATRIZ DE RISCO:

3.2.1. Constituem riscos a serem suportados pelo contratante:

- a) Impedimento Municipal para execução;
- b) Custos e prazos incorretos e erros no valor e prazo dos serviços;
- c) Eventos devido a força maior ou caso fortuito, não seguráveis que prejudiquem a continuidade dos serviços
- d) Mudança de legislação, regulamentação ou tributárias;
- e) Atrasos na liberação dos recursos;

3.2.2. Constituem riscos a serem suportados pelo contratado:

- a) Prejuízos causados a terceiros pela contratada ou seus subcontratados;
- b) Eventos devido a força maior ou caso fortuito, seguráveis que prejudiquem a continuidade dos serviços;
- c) Prejuízos decorrentes de erros na realização dos serviços verificados pela fiscalização, acabamentos e utilização de materiais inadequados ou fora das especificações;
- d) Vícios verificados nos serviços;
- e) Mudança de legislação, regulamentação ou tributárias;
- f) Rescisão contratual ou quebra do contrato por problemas diversos;
- g) Anulação do contrato por natureza diversa;
- h) Riscos ambientais e atrasos causados por ação de órgãos fiscalizadores.

3.2.3. Constituem riscos a serem assumidos pela contratante, com reequilíbrio econômico-financeiro:

3.2.4. Constituem riscos a serem assumidos pela contratante e pela contratada:

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO



4.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... ()

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

São obrigações do Contratante:

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;



8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.16. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.17. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do



contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.9. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.10. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

9.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;



9.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, código de ética da entidade de classe, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre o local dos serviços nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.17. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças necessárias nos serviços solicitados;

9.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.19. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.20. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.21. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.22. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.23. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;



9.24. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.25. Apresentar os empregados devidamente identificados.

9.26. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

9.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

9.28. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

9.29. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.30. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

9.31. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

9.32. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, em plena validade.

9.33. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.34. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros;

9.35. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.



10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade competente.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1. Não será exigida garantia de execução para a presente contratação.

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021); ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- j) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- k) Multa:
 - (1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
 - (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)



12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de



Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21. 12.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.



13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da execução do presente credenciamento correrão por conta das dotações orçamentárias específicas para o ano em exercício abaixo indicadas e nos exercícios subsequentes, as despesas correrão por conta da dotação que for prevista para atender as obrigações de mesma natureza.

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:

16.1. Os licitantes devem observar e o CONTRATADO deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

16.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas: a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) “prática colusivas”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) “prática obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste contrato; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.



16.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga do contrato financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do contrato financiado pelo organismo.

16.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de do contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. 17.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

19.1. Compreendem os serviços a serem prestados:

- a) O atendimento aos usuários que buscam a Unidade de Saúde em demanda espontânea, , responsabilizando-se integralmente pela assistência dos mesmos;
- b) Atender os usuários de acordo com Protocolo de Humanização definido pela Secretaria Municipal de Saúde e realizado por Auxiliar de Enfermagem capacitada, bem como seguir o Procedimento Operacional Padrão do Município de PRADO/BA;
- c) Realizar consultas, exames clínicos, solicitar exames subsidiários, analisar e interpretar seus resultados, elaborar diagnóstico, plano terapêutico e conduta adequada à condição clínica verificada e emitir atestado médico quando houver necessidade, conforme protocolos clínicos vigentes;
- d) Fazer uso, quando necessário, de todos os recursos e equipamentos disponíveis na Unidade de Saúde, para suporte básico e avançado de vida;



- e) Realizar encaminhamentos para serviços de maior complexidade, solicitar apoio ao SAMU192 e fazer contato com hospitais para transferência de pacientes quando necessário, garantindo a continuidade da atenção médica ao paciente grave, até a sua recepção por outro médico nos serviços de urgência ou na remoção e transporte de pacientes críticos;
- f) Garantir continuidade da atenção médica ao paciente em observação ou em tratamento nas dependências da entidade até que outro profissional médico assuma o caso;
- g) Preencher os documentos inerentes à atividade de assistência médica prestada e realizar registros adequados sobre os pacientes no prontuário, fichas de transferência, encaminhamentos para serviço de verificação de óbitos, IML, notificações compulsórias e outras atividades determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde;
- h) Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho;
- i) Executar outras tarefas correlatas à sua área de competência;
- j) Obedecer ao Código de Ética Médica.
- K) Realizar consultas eletivas, demandas espontânea, receitas de medicamentos, atestados somente para pacientes em consulta, procedimentos de urgência e emergência, Regulação de vagas no SAMU, encaminhamentos de pacientes para hospitais de referência. E as demais que constam em edital.

19.2. As despesas referentes à prestação dos serviços ficam por conta da CONTRATADA, sendo pago apenas o valor relativo aos serviços, conforme tabela apresentada no item 7 deste Termo de Referência.

19.3. Na qualidade de prestadora de serviços a CONTRATADA se responsabiliza por danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, ou por seu empregado ou preposto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

19.4. O pagamento dos serviços prestados será por meio do quantitativo de consultas efetivamente executados no mês em questão, conforme Termo de Referência e boletim de frequência de ponto biométrico dos prestadores de serviço;

19.5. A remuneração será realizada com base no número de consultas pelos profissionais no mês em questão. O prestador será informado do valor a ser recebido e deverá entregar a nota fiscal à Secretaria Municipal de Saúde. Tais notas serão empenhadas e pagas pela Secretaria Municipal de Contabilidade e Finanças;

19.6. Serão analisados também dados qualitativos e quantitativos de produção médica;

19.7. A convocação dos CREDENCIADOS para prestação dos serviços será realizada de forma rotativa, seguindo a ordem cronológica da publicação da homologação de cada credenciamento requerido, ou seja, o primeiro CREDENCIADO será convocado primeiramente, e assim sucessivamente;

19.8. Ocorrendo homologação simultânea de credenciamento de um mesmo lote, será dada prioridade à ordem crescente de data e hora protocolização dos documentos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
ESTADO DA BAHIA



19.9. A cada serviço solicitado, o responsável da Secretaria de Saúde atualizará a sequência de CREDENCIADOS, passando para o final da “fila” o CREDENCIADO que acabou de receber solicitação. Qualquer novo CREDENCIADO entrará como último na “fila” atualizada no momento da publicação de seu credenciamento.

19.10. A Secretaria da Saúde publicará, semestralmente, no Diário Oficial do Município, a relação de CREDENCIADOS e a respectiva classificação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO (art. 92, §1º)

20.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Prado - BA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E por assim estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, para que produza todos os efeitos legais e resultantes de direito.

PRADO, BA ____ de ____ de 2024

MUNICÍPIO DE PRADO
CONTRATANTE

REPRESENTANTE NOME DA EMPRESA
CONTRATADA



ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 021/2024
CREDENCIAMENTO Nº. 001/2024

OBJETO: “CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS E CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICA E/OU FÍSICA, PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, PROCEDIMENTOS MÉDICOS DE ATENÇÃO ESPECIALIZADO E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E AMBULATORIAIS E HOSPITALARES, PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) MUNICIPAL, EM SEUS ESTABELECIMENTOS PRÓPRIOS OU INDICADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO”.

(Nome da Empresa) -----, CNPJ Nº -----, sediada na Rua -----
-----, nº -----, bairro, -----, CEP----- Município -----, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Credenciamento em epígrafe, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- 1) Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e em seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;
- 2) Cumpre com as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 3) As propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- 4) Não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Municipal exercendo funções de gerência ou administração, ou servidor do Órgão/Entidade contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 5) Não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o Órgão/Entidade contratante;
- 6) Não possui em seu quadro de pessoal empregados (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso VI, artigo 68 da Lei nº 14.133/2021;
- 7) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

Cidade - UF, , de 2024.

Assinatura do representante legal sob carimbo RG:

CPF:

CNPJ da empresa



ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO PARA ME/EPP

(Empregador Pessoa Jurídica)

Ao

Município de PRADO Agente de Contratação e Equipe de Apoio

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 021/2024

CREDENCIAMENTO Nº. 001/2024

OBJETO: “CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS E CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICA E/OU FÍSICA, PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, PROCEDIMENTOS MÉDICOS DE ATENÇÃO ESPECIALIZADO E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E AMBULATORIAIS E HOSPITALARES, PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) MUNICIPAL, EM SEUS ESTABELECIMENTOS PRÓPRIOS OU INDICADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO”.

(Nome da Empresa), CNPJ Nº, sediada na Rua ,
nº, bairro,, CEP, Município, por
seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Credenciamento em
epígrafe, DECLARA, sob as penas da lei:

- a) Ser ME, EPP ou MEI;
- b) Que não se encontra em nenhuma das situações previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e, nos termos do art. 28 da Lei Complementar Estadual nº 605/2018, está apto a usufruir do tratamento estabelecido nos artigos 43 da Lei Complementar Federal nº 123/2006;
- c) Que no ano-calendário de realização deste credenciamento, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021

Local, / / .

Assinatura do representante legal sob carimbo RG:

CPF:

CNPJ da empresa

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo (s) seu(s) representante (s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado.



ANEXO VI
MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE PRADO**, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rodovia Prado x Itamarajú, Km 01, Lote 14 - CEP: 45.980-000 - Prado - Bahia, inscrito no CNPJ sob o n. 13.761.713/0001-10, neste ato representado por seu prefeito, Sr. Gilvan da Silva Santos, doravante denominada PREFEITURA, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRADO**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rodovia Prado x PRADO, Km 01, Lote 14, nesta Cidade de Prado, no Estado da Bahia, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.408.177/0001-94 neste ato, representado pela Secretária de Saúde e Gestora do FMS, Srª Neuziane Mascarenhas Novais, **RESOLVE REGISTRAR O TERMO DE COMPROMISSO** com a empresa CREDENCIADA, indicada abaixo, de acordo com a classificação, atendendo as condições e as especificações técnicas regulamentada pelo Edital de Credenciamento 001/2024 e anexos, sendo do tipo INEXIGIBILIDADE, procedimento auxiliar de CREDENCIAMENTO, Processo Administrativo nº xxx/2024, independentemente de transcrições, constituindo-se este TERMO DE CREDENCIAMENTO documento vinculativo e obrigacional às partes.

EMPRESA:	
CNPJ	
ENDEREÇO	
REPRESENTANTE OU PREPOSTO:	Nome: CPF: CONTATO (TELEFONE E E-MAIL):
CRM DA PESSOA JURÍDICA:	
CONTATO (TELEFONE E E-MAIL DA EMPRESA):	Telefone: Celular: E-mail:

1. DO OBJETO

1.1 Este Termo possui o objetivo de efetivar o “CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS E CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICA E/OU FÍSICA, PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, PROCEDIMENTOS MÉDICOS DE ATENÇÃO ESPECIALIZADO E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E AMBULATORIAIS E HOSPITALARES, PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) MUNICIPAL, EM SEUS ESTABELECIMENTOS PRÓPRIOS OU INDICADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO”, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

2. DOS VALORES DO PAGAMENTO

- 2.1. O pagamento será realizado por consulta / serviço executado.
- 2.2. No valor unitário dos procedimentos estão inseridas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, trabalhista, etc.).
- 2.3. No valor unitário do procedimento estão consideradas todas as despesas que diretamente ou



indiretamente estejam relacionados a execução dos serviços, inclusive os custos com deslocamento..

3. DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O prazo para iniciar os serviços será de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento formal da Ordem de Serviço e assinatura do contrato para cada demanda.

3.1.1. Caso seja verificada insuficiência no prazo estipulado, a Contratada pode formalizar pedido de prorrogação deste prazo, com justificativa plausível, para apreciação e decisão do Órgão/Entidade Contratante.

3.2. O prazo para execução dos serviços será determinado pelo Contratante para cada demanda.

4. DAS VIGÊNCIAS/PRAZOS

4.1. EDITAL DE CREDENCIAMENTO: A vigência iniciará com a publicação do Edital por 12 meses.

4.2. TERMO DE CREDENCIAMENTO: O Termo de Credenciamento terá a vigência limitada à do Edital de Credenciamento.

4.3. DEMANDA DOS ÓRGÃOS/ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO: As solicitações poderão ser realizadas enquanto vigente o Termo de Credenciamento.

4.4. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: A execução e a realização dos serviços seguirão os prazos determinados pela Secretaria Requisitante, podendo ser finalizado após a vigência deste termo.

5. DO CANCELAMENTO OU SUSPENSÃO DO CREDENCIAMENTO

5.1. O Termo de Credenciamento poderá ser cancelado de pleno direito, nas situações previstas no edital de credenciamento, parte integrante e indissociável deste Termo de Credenciamento.

6. DAS VEDAÇÕES

6.1. É vedado caucionar ou utilizar o Contrato decorrente do Termo de Credenciamento para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Autoridade Competente.

6.2. É vedada a prorrogação do Termo de Credenciamento.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. Mediante decisão escrita e devidamente fundamentada, este Termo de Credenciamento poderá ser anulado se ocorrer ilegalidade em seu processamento ou nas fases que lhe deu origem, suspenso ou revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

7.2. A anulação do Edital de Credenciamento afetará o Termo de Credenciamento e o Contrato decorrente.

7.3. As cláusulas deste Termo de Credenciamento somam-se às obrigações das partes previstas no EDITAL DE CREDENCIAMENTO nº 001/2024 e seus anexos, bem como àquelas previstas na minuta do contrato.

7.4. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes na Lei nº 14.133/2021.

8. DO FORO

8.1 As partes elegem o foro da cidade de Prado - BA, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Credenciamento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
ESTADO DA BAHIA



resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

PRADO, de de 2024

Gilvan da Silva Santos
Prefeito do Município

Credenciado



ANEXO VII RELAÇÃO DOS MÉDICOS

Razão Social:	CNPJ:	Tel:
Endereço:	E-mail:	

Nome do(s) Médico(s) responsável(is) pela execução dos serviços	Especialidade	Registro no Conselho			Inscrição no CPF
		Nº Inscrição	Entidade	UF	

DECLARO, sob as penas da Lei, que os profissionais constantes da relação supra, compõem o corpo clínico da interessada, para fins de credenciamento junto ao Município de PRADO, sendo que todos possuem títulos de especialistas em suas respectivas áreas emitidos por instituição oficial devidamente reconhecida.

Os profissionais médicos acima indicados poderão ser substituídos ou poderão ser apresentados novos profissionais durante a vigência do Termo de Credenciamento, devendo, no entanto, ser apresentada nova relação de médicos do corpo clínico para aprovação pela contratante.

Local e data.

Assinatura e Carimbo do Responsável Legal da Empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO
ESTADO DA BAHIA



ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E NÃO SUSPENSÃO TEMPORÁRIA

(Razão Social do Licitante)....., CNPJ Nº por meio de seu Diretor ou Responsável Legal, declara, sob as penas da lei, que não foi declarada INIDÔNEA e NEM SUSPENSÃO TEMPORARIAMENTE para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei de Licitações.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

, em de de .

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa